

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MARÇO/2012

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

Rio de Janeiro, março de 2012.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAP – Colégio de Aplicação (INES)
CGU – Controladoria-Geral da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)
DINFO – Divisão de Informática (INES)
DN – Decisão Normativa
D.O.U. – Diário Oficial da União
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União
IN – Instrução Normativa
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
Port. – Portaria
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RG – Relatório de Gestão
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Item	Página
Quadro I – Participação de dirigentes do INES em eventos relacionados à possibilidade de encerramento das atividades de Educação Básica do Instituto	10
Quadro II – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada	13
Quadro III – Itens da Norma que não tiveram ocorrências no exercício de 2011	14
Quadro IV – Planos e projetos para o exercício subsequente	15
Quadro V – Especificação dos resultados da Ação Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez	27
Quadro VI – Resultados da ação Funcionamento do INES	29
Quadro VII – Cursos de qualificação para o trabalho realizados em 2011	48
Quadro VIII – Cadastro de candidatos a vagas na Educação Básica do INES para 2011 e 2012	74

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO INES – COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INTRODUÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Relatório de Gestão Individual

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência

2.1.1.1 Objetivos estratégicos

2.1.1.2 Síntese de realizações

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Plano estratégico

2.2.2 Plano de ação

2.3 Programas de Governo de responsabilidade da UJ

2.3.1 Relação de Programas de Governo e respectivas Ações da UJ

_Toc2767300042.3.1.1. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

2.3.1.1.1. Ação 12.128.1067.4572.0033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

2.3.1.2. Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

2.3.1.2.1. Ação 12.367.1062.6141.0033 – Profissionalização da Pessoa Surda

2.3.1.2.2. Ação 12.128.1374.6319.0001 – Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez

2.3.1.2.3. Ação 12.367.1374.6321.0101 – Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos

2.3.1.2.4. Ação 12.573.1374.8243.0001 – Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

2.3.2.1 Análise crítica

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- 2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- 2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.4.3.1 Ação: Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

2.4.3.1.1 Cursos, treinamentos, congressos, seminários e fóruns – servidores Capacitados

2.4.3.1.2 Gasto total

2.4.3.2 Ação: Profissionalização da pessoa surda

2.4.3.2.1 Cursos de qualificação profissional - número de matrículas e de evasão

2.4.3.2.2 Treinamento em serviço - pessoas encaminhadas

2.4.3.2.3 Treinamento em serviço - processo de seleção

2.4.3.2.4 Encaminhamento a emprego - pessoas admitidas

2.4.3.2.5 Encaminhamento a emprego - processo de seleção

2.4.3.2.6 Encaminhamento a emprego - empresas ofertantes

2.4.3.2.7 Gasto total

2.4.3.3 Ação: Capacitação de profissionais para a área da surdez

2.4.3.3.1 Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da surdez - número de matrículas

2.4.3.3.2 Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da surdez - situação profissional e origem dos alunos

2.4.3.3.3 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - número de matrículas

2.4.3.3.4 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - atendimento semestral

2.4.3.3.5 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - nível de evasão

2.4.3.3.6 Congresso Internacional e Seminário Nacional - Participantes

2.4.3.3.7 Assistências técnicas e seminários - Pessoas atendidas

2.4.3.3.8 Capacitação técnica - Profissionais atendidos

2.4.3.3.9 Estágios – número de estagiários

2.4.3.3.10 Fóruns permanentes de Educação, Linguagem e Surdez – Número de fóruns permanentes

2.4.3.3.11 Encontro de pais

2.4.3.3.12 Gasto total

2.4.3.4 Ação: Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos

2.4.3.4.1 Número de matrículas do CAP/INES

2.4.3.4.2 Matrículas trancadas no CAP/INES

2.4.3.4.3 Nível de evasão no CAP/INES

2.4.3.4.4 Encaminhamento a outras escolas (CAP/INES)

2.4.3.4.5 Nível de reprovação (CAP/INES)

2.4.3.4.6 Atendimento CAAF (Centro de Atendimento Alternativo Florescer, destinado aos alunos com outras necessidades especiais, além da surdez).

2.4.3.4.7 Gasto total

2.4.3.4.8 Alunos matriculados no Curso de Pedagogia

2.4.3.5 Ação: Produção e disseminação de Conhecimento na Área da Surdez

2.4.3.5.1 Produção de revistas, periódicos e mídias

2.4.3.5.2 Desenvolvimento de pesquisas

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.2. Análise Crítica

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.2 Análise Crítica

5. RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

5.6 Indicadores Gerenciais / Análise Crítica sobre Recursos Humanos

6. TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

6.2 Análise Crítica

7. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS INSERIDOS NO SIASG E NO SICONV

8. ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

9. CONTROLE INTERNO DA UNIDADE

9.1 Estrutura de controles internos da unidade

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

11. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIDADE

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

12. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

15. ATENDIMENTO A DELIBERAÇÕES DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

17. DECLARAÇÃO DO(A) CONTADOR(A) RESPONSÁVEL

17.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

18. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

19. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

20. OPERAÇÕES DE FUNDOS

21. DESEMPENHO DA UJ NA CONDIÇÃO DE INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

22. OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

24. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

25. DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

_Toc276730114

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO INES – COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

DIREÇÃO-GERAL

I - dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do INES;
II - decidir sobre planos, programas, projetos e atividades do INES;
III - gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do INES;
IV – assinar provisões, empenhos, ordens de pagamento e outros correlatos;
V - celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução das finalidades do INES;
VI - controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente;
VII – promover a apuração de irregularidades no serviço, de que tenha conhecimento, por meio de procedimento sindicante ou administrativo disciplinar;
VIII - baixar portarias, instruções normativas, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do INES;
IX - representar o órgão, na forma da legislação em vigor.

GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

I - prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa;
II - coordenar, supervisionar e orientar o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas no âmbito do Gabinete;
III - coordenar as atividades de comunicação social do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

DESU

I – coordenar, supervisionar e orientar os cursos oferecidos e as atividades docentes, através de ações e programas institucionais que conduzam à melhoria do ensino, à qualificação do corpo docente e à avaliação da qualidade;
II – propor diretrizes gerais para análise e reformulação dos currículos dos cursos;
III – emitir parecer técnico sobre a criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
IV – propor outras matérias de sua alçada.

DEBASI

I - planejar, propor e avaliar as atividades inerentes à orientação e acompanhamento da prática pedagógica e ao desenvolvimento do ensino do surdo;
II - planejar, propor e avaliar normas de administração escolar para o Colégio de Aplicação do INES;
III - planejar, propor e avaliar o atendimento médico-odonto-fonoaudiológico e sócio-psico-pedagógico ao aluno do Colégio de Aplicação do INES;
IV - planejar, propor e avaliar normas de atendimento na área da qualificação profissional da pessoa surda;
V - diagnosticar a necessidade e propor programa de desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência.

DDHCT

I - planejar, propor e avaliar projetos de desenvolvimento de recursos humanos;
II - articular-se com instituições nacionais e estrangeiras, ligadas à área da surdez, mediante convênios para intercâmbio de ações, experiências e informações;
III - planejar, propor e avaliar ações voltadas ao desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e pedagógicos;
IV - propor projetos e mecanismos de ação voltados para o desenvolvimento de tecnologias na área da audiolgia;
V - propor programas de cooperação técnica com organizações que ofereçam atendimento ao surdo;
VI - expandir e preservar a memória e o acervo cultural do INES.

DEPA

I - propor o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização e modernização administrativa, ao planejamento, à programação orçamentária e financeira, aos recursos da informação e informática, aos recursos humanos e aos serviços gerais, no âmbito do Instituto;
II - informar e orientar os segmentos organizacionais do Instituto quanto ao cumprimento das normas estabelecidas pela administração federal;
III - propor a elaboração e consolidação dos planos e programas de atividades na área de sua competência e submetê-los à decisão superior;
IV - orientar e supervisionar os procedimentos de compra, contratação de serviços, alienação e locações de bens, realizados pela Comissão Permanente de Compras e pela Comissão Permanente de Licitação;
V - gerenciar suprimentos de fundos;
VI - realizar licitações, autorizadas pela Direção Geral, em cumprimento às normas gerais sobre licitações para compras, serviços, alienações e locações, de acordo com a legislação em vigor, bem como as que lhe são correlatas.

INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2011. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e suas dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda.

O INES alcançou a quase totalidade das metas estabelecidas satisfatoriamente, não obstante ter enfrentado um período de turbulência no contexto sociopolítico e administrativo em que se insere.

A ameaça de fechamento da Educação Básica do INES, aventada publicamente pela Diretora de Políticas de Educação Especial do MEC e posteriormente rechaçada em Nota Oficial pelo Ministro Fernando Haddad, gerou grande repercussão local e nacional.

A mera possibilidade de tal acontecimento provocou a mobilização e manifestação de pessoas surdas e seus familiares no Rio de Janeiro e em todo o País em defesa do INES e dos direitos linguísticos e educacionais das comunidades surdas a uma educação bilíngue; tornou-se ponto de pauta em prolongada greve de servidores deste Instituto, e demandou intensos esforços das esferas dirigentes no campo da necessária articulação política e no debate aberto, como deve ser feito, na esfera pública – Câmara Municipal/RJ, Assembleia Legislativa/RJ, Ministério Público Federal, Conselho Estadual de Educação/RJ, Ordem dos Advogados/RJ – bem como na informação à sociedade nas diferentes meios de comunicação (jornais, revistas, rádios, emissoras de TV), conforme demonstramos no Quadro a seguir. Todos esses fatores tiveram impacto no clima organizacional e nas condições de trabalho.

Quadro I – Participação de dirigentes do INES em eventos relacionados à possibilidade de encerramento das atividades de Educação Básica do Instituto

Mês	Data	Local	Evento	Órgão(s)	Tema
Fevereiro	16	Brasília	Reunião com dirigentes da SECADI/MEC	Ministério da Educação	Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e possível fechamento da Educação Básica do INES
Março	30	Rio de Janeiro	Entrevista	Jornal <i>O Globo</i>	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	31	Rio de Janeiro	Entrevistas	TV Brasil; Rádio Sucesso; Rede TV; Rádio Manchete; Rádio Globo	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	31	Rio de Janeiro	Audiência Pública	ALERJ	Possível fechamento da Educação Básica do INES
Abril	07	Rio de Janeiro	Entrevista	TV Brasil; Revista Magazine, de <i>O Globo</i>	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	08	Rio de Janeiro	Audiência	Ministério Público – requerimento de informação da Procuradora Márcia Morgado	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	14	Rio de Janeiro	Entrevista	Canal Futura – Rede Globo	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	15	Rio de Janeiro	Entrevista	TV Cultura - SP	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	18	Rio de Janeiro	Reunião	Associação de	Possível fechamento da Educação Básica do INES

		Janeiro		Pais do IBC, e congêneres do INES e do Colégio Pedro II, com participação do Sr. Senador da República pelo Rio de Janeiro, Lindberg Farias.	
	20	Rio de Janeiro	Audiência Pública	Comissão de Educação da ALERJ	Proposta de Educação Inclusiva e possível fechamento da Educação Básica do INES
Maio	05	Rio de Janeiro	Entrevista	TV Piá, da TV Brasil	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	09	Rio de Janeiro	Entrevista	<i>Folha de S. Paulo</i>	Possível fechamento da Educação Básica do INES
	24	Rio de Janeiro	Sessão Plenária	Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, a convite da Comissão de Inclusão e Diversidade	As políticas de inclusão e o papel do Instituto Nacional dos Surdos
	31	Rio de Janeiro	Fórum em Defesa do INES e do IBC	Fórum de Entidades e Usuários do INES, IBC e Colégio Pedro II	Possível fechamento da Educação Básica do INES
Junho	03	Rio de Janeiro	Audiência Pública	ALERJ, a convite da Comissão da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Educação	Análise da Meta 4 do projeto do Plano Nacional de Educação 2012-2020 e possível fechamento da Educação Básica do INES
	08	Rio de Janeiro	Audiência Pública	Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Possível fechamento da Educação Básica do INES
Julho	20	Niterói-RJ	Fórum	OAB/Niterói-RJ	A política nacional de educação e o direito dos excluídos
Agosto	08	Rio de Janeiro	Plenária	OAB/RJ, a convite da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Educação Inclusiva – Inclusão ou exclusão
Setembro	09	Rio de Janeiro	Seminário	ALERJ, a convite da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência	Direito à Educação Bilíngue para Surdos
Dezembro	01	Brasília-DF	Audiência Pública	Ministério Público Federal	Possível fechamento da Educação Básica do INES

Fonte: Gabinete da Direção-Geral do INES

Os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais. Merecem destaque as seguintes realizações:

- **PDI e PPP** – em 2011, nesse cenário de turbulência, riscos e incerteza, o INES promoveu de forma participativa – docentes, técnicos administrativos, alunos, pais/mães/responsáveis – a construção de dois documentos estratégicos fundamentais, seus mapas de navegação:
 - Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016: redefine a missão, define 23 objetivos e traça 136 metas para o Instituto, indicando caminhos de aperfeiçoamento da gestão desta instituição pública de ensino e centro de referência nacional.
 - Projeto Político-Pedagógico: explicita a concepção de educação bilíngue do Instituto e indica vários caminhos de aperfeiçoamento de sua prática pedagógica com vistas à qualidade do ensino.

- **Protagonismo no apoio à difusão e valorização da LIBRAS:**
 - Nos termos do Art. 8º, § 1º, do Decreto 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 2002, o “exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade”. A Portaria MEC nº 20, de 2010 (D.O.U. de 08/10/2010), passou ao INES a competência para a realização do Exame Nacional de Certificação em Língua Brasileira de Sinais – PROLIBRAS. O INES realizará seu primeiro PROLIBRAS no primeiro semestre de 2012;
 - Em 2011, em colaboração com o INEP, foi realizada Chamada Pública nº 09/2011, voltada para Instituições Públicas Federais de Educação Superior para criação de uma Rede Nacional que atue na aplicação das provas e nas avaliações. O INES apresentou no INEP suas indicações relativas à acessibilidade de surdos em relação ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio;

- **Educação Superior acessível e democrática:**
 - Gestão democrática e transparente:
 - promoção de eleições para escolha de representantes de turmas e no Colegiado; participação de toda a comunidade acadêmica nas decisões; contato direto de alunos e Centro Acadêmico com Direção e Coordenações;
 - Criação, em regime participativo, dos seguintes documentos: Programa de Iniciação Científica; Regime de Trabalho docente e carga horária; Política de Pesquisa do DESU; Normas de Pesquisa do DESU.
 - Acessibilidade: O processo seletivo para o ingresso de novos alunos no ano de 2012 está sendo realizado pela empresa que venceu o processo licitatório. Ele prevê que todas as etapas do processo apresentem versões em LIBRAS para atender aos candidatos surdos, tais como edital, manual do candidato, prova e resultados. Esse processo é inovador, já que os vestibulares anteriores apresentavam apenas a prova, ou parte dela, em LIBRAS.

- **Capacitação de profissionais e disseminação de conhecimento na área da surdez:** Na qualidade de centro de referência nacional, o INES capacitou 8.248 (oito mil duzentos e quarenta e oito) profissionais em todo o Brasil, superando em 70,8% a meta estabelecida, e disseminou 50 (cinquenta) estudos ou pesquisas, o que representou a superação em 42% da meta definida.

- **Empregabilidade da pessoa surda:** Na perspectiva de ampliar as condições de empregabilidade da pessoa surda, destacaram-se dois pontos. Primeiro, a continuação e ampliação de parcerias com o Sistema S, que possibilitaram a Capacitação de 12 surdos para o Programa Jovem Aprendiz junto à Rede Globo (SENAI); a Capacitação de 19 surdos em Rotinas de Escritório (SENAC) e a qualificação de outros 5 surdos para a construção civil (SECONCI). Segundo, a participação de surdos nos Cursos de Orientações para o Mercado de Trabalho, que alcançou 121% da meta estipulada.

Abaixo, discriminamos os itens da norma que **não se aplicam** à natureza da Unidade Jurisdicionada, com a correspondente justificativa:

Quadro II – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada

Item da Norma	Justificativa
Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: Quadro A.2.1 - Demonstrativo de execução por programa de governo.	Em observância à indicação constante em Nota da Portaria TCU n.º 123, de 2011, de que o “Quadro A.2.1 somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA)”, informamos que o INES não tem a responsabilidade de gerir o Programa <i>Gestão da Política de Educação</i> nem o Programa <i>Desenvolvimento da Educação Especial</i> , mas apenas de executar ações a eles vinculadas. [<i>grifo nosso</i>]
Parte B, item 3, do Anexo II da DN n.º 108, de 24/11/2010: Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404, de 1976.	A abrangência deste item da Norma são as Empresas Estatais , e o INES é órgão da administração direta. [<i>grifo nosso</i>]
Parte B, item 4, do Anexo II da DN n.º 108, de 24/11/2010: Composição acionária de capital social.	O INES é órgão público da administração direta vinculado ao Ministério da Educação, e esse item abrange apenas empresas da Administração Pública Federal. [<i>grifo nosso</i>]
Parte C, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: Distribuição de recursos do fundo partidário.	Os quadros correspondentes devem ser preenchidos apenas por unidades vinculadas à Justiça Eleitoral , e o INES não se inclui nessa categoria. [<i>grifo nosso</i>]
Parte C, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: Operações de fundos.	A abrangência desse item da Norma são os Fundos Constitucionais de Financiamento definidos no art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, a saber, “ instituições financeiras de caráter regional das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, o que não abarca o INES. [<i>grifo nosso</i>]
Parte C, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: operações de financiamento.	A abrangência desse item da Norma é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o BNDES Participações (BNDESPar) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).
Parte C, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: remuneração dos administradores.	A abrangência desse item da Norma são as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União.
Parte C, item 16, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: contratação de consultores na modalidade “produto”.	A abrangência desse item da Norma são os Órgãos e entidades que executam a contratação de consultores na modalidade “produto” no âmbito de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. O INES não desenvolveu, no exercício de 2011, nenhum projeto de cooperação técnica com organismo internacional.
Parte C, item 19, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010: supervisão da execução de contratos de gestão.	A abrangência desse item da Norma é de Unidades Jurisdicionadas que tenham como incumbência a supervisão

	da execução de contratos de gestão em que unidade da administração pública federal seja uma das partes signatárias, e o INES não se inclui nessa categoria.
Parte C, item 30, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010: gestão de ativos imobiliários e Plano Nacional de Desimobilização.	A abrangência desse item da Norma é o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Parte C, item 37, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010: acompanhamento de ações relacionadas a contrato de gestão.	A abrangência desse item da Norma é de Unidades que sejam signatárias de Contrato de Gestão que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, e o INES não se inclui nessa categoria.

Fonte: Gabinete da Direção-Geral do INES.

Na sequência, apresentamos os itens da norma para os quais **não houve ocorrência** no exercício de 2011, com a correspondente justificativa:

Quadro III – Itens da Norma que não tiveram ocorrências no exercício de 2011

Item da Norma	Justificativa
Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadro: A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	O INES não realiza despesas desse tipo.
Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadro: A.3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos.	Não houve passivos motivados por insuficiência de créditos em 2011.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadro: A.5.8 – Composição do quadro de estagiários.	Em 2011 não houve nenhum estágio remunerado pelo INES, segundo a Coordenação de Recursos Humanos.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadros: A.5.10 Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados; A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	Em 2011, não houve autorização para realização de concurso ou para provimento adicional destinados a substituir terceirizados.
Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadros: A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência; A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios; A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes; A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse; A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	Em 2011, mesmo tendo estando vigentes convênios e termos de cooperação, não houve da parte da UJ qualquer transferência de valores, uma vez que esse elemento não integra nenhum dos instrumentos de parceria firmados pelo Instituto nos três últimos exercícios, em vigência no exercício de 2011 ou para vigência em exercícios seguintes. Dessa maneira, não houve prestação de contas com respeito a esse item.
Parte A, item 15, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010 – Quadro: A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.	Não houve, no exercício de 2011, deliberações do TCU a serem cumpridas pela UG. Em razão de tal fato, não foi preenchido o Quadro A.15.1.

Fonte: Gabinete da Direção-Geral do INES.

Com respeito aos projetos para o próximo exercício, recordamos que o INES promoveu, em 2011, a construção coletiva de um Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2012 a 2016, que compreende 23 (vinte e três) objetivos e 136 (cento e trinta e seis) metas. No final do exercício em tela, o documento foi aprovado pelo Conselho Diretor do INES e neste início de 2012 é

submetido à avaliação e eventual aprovação por parte do novo Ministro de Estado da Educação, Senador Aloizio Mercadante.

Podemos destacar algumas propostas:

Quadro IV – Planos e projetos para o exercício subsequente

Área	Objetivo	Meta
Políticas Públicas e Relações Institucionais	I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e culturais relacionadas à surdez no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;	* Construir, a partir de 2012, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o IBGE (Ministério do Planejamento), o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social;
	II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português);	* Constituir, no INES, em 2012, uma Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas e legislação; * Elaborar, em 2012, um texto propositivo aos debates sobre o Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, em audiências públicas e demais eventos;
Educação Superior	VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.	CURSO BILÍNGUE DE PEDAGOGIA: * Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de <u>15 (quinze)</u> cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso bilíngue de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais; * Promover a realização de concurso público para o provimento de <u>15 (quinze)</u> cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngue de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão;
Educação Básica	XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas;	* Construir um quadro de indicadores de qualidade da Educação Básica do INES em 2012, que inclua, entre outros aspectos, o nível de proficiência em LIBRAS do docente; * Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil, conduzidas por professor de LIBRAS;
Saúde, Surdez e Educação	XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;	* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiologia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;
Gestão do Conhecimento	XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	* Estabelecer parcerias com CAPS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas;
Gestão Institucional	XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a	* Construir, de modo participativo, um código de ética do servidor do INES; * Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência; * Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na

	eficácia e eficiência de suas ações.	comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos; * Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva: - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.
--	--------------------------------------	---

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional INES 2012-2016.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação abreviada: INES			
Código SIORG: 252	Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005	
Situação Operacional: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Educação superior – graduação			Código CNAE: 8531-7/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285-5107	(21) 2285-7546	(21) 2285-7692
Endereço eletrônico: dirge@ines.gov.br			
Página da Internet: http://www.ines.gov.br			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22240-003			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal e Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, com denominação dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2007, Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2011, Portaria MEC nº 942, de 22 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 23 de novembro de 2006, e Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, e alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Tais documentos foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
152005	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

2. Planejamento e Gestão da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência

O Instituto Nacional de Educação de Surdos tem a missão de efetivar o dever do Estado de proporcionar educação e profissionalização que atenda a todos os seus cidadãos, surdos ou não, superando discriminações e favorecendo o convívio e a valorização da diversidade, apoiando as mudanças necessárias para que os sistemas de ensino e o mercado de trabalho brasileiros tornem-se inclusivos.

Para o cumprimento dessa missão, foram definidas as seguintes competências:

- desenvolver políticas públicas de formação dos profissionais da educação e de outros profissionais da área da surdez, propiciando a melhoria da qualidade do atendimento prestado à pessoa surda;
- favorecer o aprimoramento acadêmico e privilegiar a qualificação formal e social dos indivíduos, proporcionando o desenvolvimento de ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes aos seus objetivos;
- ampliar as fronteiras e a diversidade do conhecimento, atualizar a sociedade e melhorar a própria instituição, ampliando a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão;
- adotar uma sistemática de avaliação e acompanhamento contínuos das ações institucionais, estabelecendo parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento de seus objetivos;
- garantir a qualidade de suas ações, modernizando os processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional às exigências de seus objetivos.

2.1.1.1 Objetivos estratégicos

A partir das competências referenciadas, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- efetivar os propósitos da educação inclusiva, com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação,

a fim de preparar profissionais bilíngues habilitados à eficiente atuação profissional;

- promover a educação de aprendizes surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, cujas atividades norteiam as ações de Capacitação e de formação de profissionais, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;

- orientar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais do aprendiz surdo, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício;

- organizar e promover, em todos os Estados e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados à Capacitação de profissionais sobre a área da surdez e à assessoria técnica aos diferentes sistemas de ensino, com o objetivo de ampliar a oferta de atendimento adequado para pessoas surdas;

- disseminar conhecimento sobre a área da surdez, através do incentivo à produção científica e tecnológica, desenvolvimento de recursos didático-pedagógicos, além de estimular a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa.

2.1.1.2 Síntese de realizações

2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Plano Estratégico da unidade

Para 2011, o INES definiu o seguinte plano estratégico:

- Qualificar os agentes das comunidades escolares brasileiras para que se efetive a diretriz política da educação bilíngue;
- Redimensionar de modo participativo as ações educativas e de referência do Instituto, na perspectiva de aperfeiçoamento da gestão democrática, da qualidade do ensino e da geração e difusão de conhecimentos e políticas públicas em prol da efetivação dos direitos sociais e educacionais das pessoas surdas;
- Potencializar a empregabilidade da pessoa surda.

2.2.2 Plano de Ação

Frente ao plano estratégico definido para o exercício, destacamos as principais ações do INES:

- Ampliar o alcance dos conhecimentos teóricos e das práticas educativas voltadas à pessoa surda, relacionadas à efetivação da educação bilíngue nas escolas brasileiras e direcionadas aos agentes da educação, abrangendo desde as políticas públicas até a identidade social e linguística da pessoa surda, a difusão da LIBRAS, a participação de pais na escola e na relação pedagógica e as estratégias de ensino;

- Por meio da ampla participação da comunidade do INES – professores, alunos, técnicos administrativos, mães/pais ou responsáveis – reconstruir o Projeto Político Pedagógico do INES e construir um Plano de Desenvolvimento Institucional para o Instituto relativo ao período 2012-2016;
- No âmbito da Educação Superior, criar mecanismos de acessibilidade no ingresso e permanência de alunos, com valorização da LIBRAS, e de democratização da gestão acadêmica;
- Apoiar a elaboração e difusão de estudos e pesquisas em âmbito nacional; a construção e disponibilização de materiais didáticos e de apoio ao profissional ligado à educação de surdos; a qualificação de educadores na área da surdez e a difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, com ênfase na perspectiva da educação bilíngue;
- Ampliar o leque de parcerias relativas à participação de surdos em processos de qualificação para o trabalho, empregabilidade e inserção laboral.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Relação de Programas de Governo e respectivas ações da UJ

2.3.1.1 Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Em observância à indicação constante em Nota da Portaria TCU nº 123, de 2011, de que o “Quadro A.2.1 somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA)”, informamos que o INES não tem a responsabilidade de gerir o Programa *Gestão da Política de Educação*, mas apenas de executar ação a eles vinculada.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação				
Tipo do Programa: Apoio às políticas públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação						
Objetivos Específicos:						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
--	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice: Não há indicadores associados						

Não se aplica
Análise do Resultado Alcançado: Não se aplica
Não se aplica

Fonte: <http://simec.mec.gov.br/>

2.3.1.1.1 Ação 12.128.1067.4572.0033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para Capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à Capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Coordenador da ação	Alvanei dos Santos Viana
Unidades executoras	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Áreas da unidade responsáveis	Direção-Geral e Departamento de Planejamento e Administração

2.3.1.2 Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Em observância à indicação constante em Nota da Portaria TCU nº 123, de 2011, de que o “Quadro A.2.1 somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA)”, informamos que o INES não tem a responsabilidade de gerir o Programa *Desenvolvimento da Educação Especial*, mas apenas de executar ações a eles vinculadas.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1374		Denominação: Desenvolvimento da Educação Especial				
Tipo do Programa: finalístico						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável:			
Público Alvo:						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

Fórmula de Cálculo do Índice
Análise do Resultado Alcançado

Fonte: INEP/SigPlan

2.3.1.2.1 Ação 12.367.1062.6141.0033 – Profissionalização da Pessoa Surda

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação profissional e a inserção da pessoa surda na atividade produtiva e/ou no mercado de trabalho.
Descrição	Oferta de cursos de qualificação profissional, programas de treinamento em serviço e encaminhamento profissional, através de convênios com empresas da iniciativa privada e órgãos públicos, e ensino profissionalizante produtivo no INES.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Coordenador da ação	Alvanei dos Santos Viana
Unidades executoras	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Área da unidade responsável	Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional - DIEPRO

2.3.1.2.2 Ação 12.128.1374.6319.0001 – Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar o número de profissionais capacitados na área da surdez, assegurando que os órgãos educacionais nas esferas municipal, estadual e federal implementem a política nacional de educação especial, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades da pessoa surda, garantindo-lhes o pleno direito à educação.
Descrição	Oferecimento de seminários, assessorias técnicas, material didático e pedagógico relacionados à educação da pessoa surda, desde a educação infantil até o ensino superior, fóruns de debates, cursos de LIBRAS para a comunidade, cursos de formação de Instrutores de LIBRAS e de Assistentes Educacionais em LIBRAS, dentre outras atividades, atendendo a demanda por Capacitação de profissionais e instituições que atuam na área da surdez.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Coordenador da ação	Alvanei dos Santos Viana
Unidades executoras	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Área da unidade responsável pela ação	Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT

2.3.1.2.3 Ação 12.367.1374.6321.0101 – Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção do INES, objetivando oferecer Educação Básica a pessoas surdas, e Ensino Superior a pessoas surdas e ouvintes, utilizando a LIBRAS como língua de instrução e objetivando efetivar os propósitos

	da educação inclusiva.
Descrição	Aquisição de material de consumo, material permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços e pessoas físicas e jurídicas, efetuar investimentos em obras e instalações, pagamento de pessoal ativo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Coordenador da ação	Alvanei dos Santos Viana
Unidades executoras	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Área da unidade responsável	Departamento de Educação Básica - DEBASI e Departamento de Ensino Superior - DESU

2.3.1.2.4 Ação 12.573.1374.8243.0001 – Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez

Tipo	Atividade
Finalidade	Produzir e disseminar conhecimento sobre área da surdez.
Descrição	Desenvolvimento de estudos, materiais didáticos, pesquisas, projetos educacionais e tecnológicos, na área da surdez. Divulgação da produção realizada pelo INES e da produção técnica e acadêmica nacional e internacional na área da surdez, através de edição de periódicos e utilização de recursos de mídia virtual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Coordenador da ação	Alvanei dos Santos Viana
Unidades executoras	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Área da unidade responsável	Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1067	4572	A	3	Servidor Capacitado	300	348	293
12	128	1374	6319	A	3	Profissional Capacitado	6.000	8.248	*
12	367	1374	6141	A	3	Pessoa surda qualificada	1.000	658	*
12	367	1374	6321	A	3	Aluno matriculado	870	700	1.710
12	573	1374	8243	A	3	Estudo disseminado	35	50	*

Fonte: SIAFI GERENCIAL / SIMEC / Relatórios de Departamentos do INES

* A disponibilidade orçamentária para 2012, com o novo PPA, passou a indicar que o INES não mais trabalhará com várias ações finalísticas, mas sim com apenas uma Ação Finalística – Funcionamento do Instituto – que corresponderá a um único produto: alunos matriculados. A consulta ao SIMEC – nos termos de mensagem encaminhada pelo Senhor Coordenador de Programação e Monitoramento da CGP/SPO/MEC, em 14 de março de 2012 – está bloqueada, no aguardo de diretrizes metodológicas da parte do Órgão Central do Sistema, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerando o novo PPA.

Quadro II.C.2 – Relação das Ações de responsabilidade da unidade

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução da Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração - DEPA	1067	Gestão da Política de Educação	12.128.1067.4572.003	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Departamento de Educação Básica - DEBASI e Departamento de Ensino Superior - DESU	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	12.367.1374.6321.0101	Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	12.128.1374.6319.0001	Capacitação de Profissionais na Área da Surdez
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	12.573.1374.8243.0001	Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez
Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	12.367.1062.6141.0033	Profissionalização da Pessoa Surda
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0089	Previdências de Inativos e Pensionistas da União	0181.26104.0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	09HB.26104.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0750	Apoio Administrativo	2004.26104.0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0750	Apoio Administrativo	2010.26104.0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0750	Apoio Administrativo	2011.26104.0033	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0750	Apoio Administrativo	2012.26104.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Coordenação de Administração de Recursos Humanos - CRH	0750	Apoio Administrativo	20CW.26104.0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

2.3.2.1 Análise crítica:

De um modo geral, o INES conseguiu alcançar as metas estabelecidas satisfatoriamente e os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais.

Não obstante, algumas carências no quadro de pessoal do Instituto persistem e continuam sendo supridas por meio da terceirização, como as categorias de Assistente Educacional em LIBRAS, Instrutor de LIBRAS, Tradutor e Intérprete de LIBRAS. Abrem-se boas perspectivas a partir de uma conquista também do INES em 2010, considerando que sempre foi um tema de suas articulações políticas em prol da educação de surdos: a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais por meio da Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010. Com respeito ao exercício das demais funções mencionadas acima, a abordagem recente indica o caminho de ampliação do quadro docente via concurso público. Neste sentido, as demandas do INES encaminhadas ao Ministério da Educação estão contempladas no Projeto de Lei nº 2.134/2011, que trata da criação de cargos nas Instituições Federais de Ensino e tramita na Câmara dos Deputados. Considerando o acordo firmado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para substituição de terceirizados, cujo prazo foi prorrogado até dezembro de 2012, a aprovação do aludido projeto, a respectiva promulgação da Lei e a autorização para realização de concurso público são as medidas para solucionar a eliminação dos trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97.

Três ações executadas pelo Instituto tiveram as metas superadas: *Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação* superou em 16% a meta definida; *Capacitação de profissionais na área da Surdez* superou em 37,5% a meta estabelecida; *Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez* superou em 42% a meta fixada.

Por outro lado, duas ações ficaram aquém do cumprimento dos resultados esperados: *Profissionalização da Pessoa Surda* alcançou 65,8 da meta e *Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos* registrou 80,5% da meta. Tanto um resultado quanto o outro refletem, em parte, o desenvolvimento das políticas públicas vigentes: a evasão em cursos de qualificação profissional, por um lado, e a diminuição da matrícula na educação básica, por outro, podem estar relacionadas à efetiva inserção de pessoas surdas no trabalho e em escolas regulares. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o INES encontra-se em um momento de transição em sua abordagem da qualificação profissional, pois em lugar de ofertar um número elevado de cursos privilegiou, em 2011, a constituição e fortalecimento de parcerias.

Dificuldades operacionais diagnosticadas em exercícios anteriores vêm sendo sanadas por meio da Capacitação dos servidores públicos federais.

Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Ação 12.128.1067.4572.0033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A inclusão social da pessoa surda demanda a constante Capacitação e atualização de servidores, visando aprimorar a competência institucional a partir do desenvolvimento das competências individuais. Para esse fim, conforme delineado no relatório anterior, a construção participativa de uma nova política de Capacitação de recursos humanos do INES é fundamental, na perspectiva de ampliar com qualidade e eficiência as oportunidades de aperfeiçoamento profissional. Houve dificuldades no estabelecimento de alguns dos critérios que definirão a participação dos servidores em ações de Capacitação, consideradas as recentes alterações nos respectivos planos de carreiras, a carência de recursos humanos e a necessidade de ajustes nos quadros de pessoal.

Foi ofertado, em 2011, um curso básico intensivo de LIBRAS.

A proposta de Plano de Capacitação do INES resultante das discussões realizadas com os segmentos de docentes e técnicos administrativos será objeto de reunião e deliberação final do Conselho Diretor da Instituição em março de 2012.

Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Ação 12.367.1062.6141.0033 – Profissionalização da Pessoa Surda

Tivemos, em 2011, um total de 658 pessoas surdas qualificadas, direta ou indiretamente, em consonância com o escopo da ação delineado no Plano Plurianual: “oferta de cursos de qualificação profissional, programas de treinamento em serviço e encaminhamento profissional”. Foram 403 pessoas surdas participando em Curso de Qualificação Profissional e 255 pessoas admitidas no Encaminhamento a Emprego.

Em face da meta física estipulada (1.000), a ação alcançou 65,8%. Considerando-se que tanto mudanças nas formas de contratação de instrutores quanto dificuldades relacionadas à aquisição de materiais específicos e em pequena quantidade motivaram a interrupção na oferta de cursos no segundo semestre de 2012, podemos considerar positivo o índice alcançado.

Os Cursos têm apresentado um elevado nível de evasão (diferença entre matrículas e concluintes) devido principalmente ao ingresso de alunos surdos no mercado de trabalho, que dificulta ou impossibilita que continuem frequentando as aulas. Ao mesmo tempo, faz-se necessário avaliar e aperfeiçoar o processo de definição das propostas de cursos, em função da existência de cursos planejados e não efetivados, por falta de interessados, e de cursos ofertados que apresentam procura muito baixa. Em face do exposto, será necessário um trabalho qualificado de sondagem de aptidões e expectativas de pessoas surdas em relação aos cursos que poderão ser ofertados.

Para sanar em parte essa questão, o INES optou pela oferta de cursos de qualificação profissional em áreas que favoreçam o desempenho de atividades autônomas, mas, ao mesmo tempo, permitam à inserção da pessoa qualificada no mercado formal de trabalho, observadas as oportunidades. Além disso, buscou-se valorizar o aproveitamento de materiais e a estruturação de serviços com baixo custo.

Outro ponto diz respeito a dificuldades verificadas nos campos de recursos humanos, logística e gestão da informação.

A partir de 2011, por recomendação da Controladoria Geral da União, o INES absteve-se de contratar instrutores para os Cursos, como modo de solucionar a carência de recursos humanos por dispensa de licitação. Isso motivou o cancelamento de atividades planejadas, principalmente para o segundo semestre de 2011, o que teve seu impacto sobre os resultados alcançados.

Outra dificuldade diz respeito à aquisição dos produtos específicos necessários para realizar o curso visto que as empresas não apresentam cotação para os mesmos, como, por exemplo, aviamentos, materiais para curso de cerâmica, dentre outros.

No âmbito da gestão da informação, ainda se faz necessária uma reestruturação do Banco de Dados da DIEPRO. O Plano de Desenvolvimento Institucional do INES 2012-2016 prevê a estruturação da área de Gestão das Tecnologias de Informação, com o mapeamento das demandas dos diferentes setores e encaminhamento de soluções.

O Treinamento em Serviço não apresentou resultados em 2011, em função de não existir convênio ativo nesse período. O setor responsável – DIEPRO – informa que existe dificuldade para celebrar convênio com empresas ou instituições da esfera pública ou da esfera privada considerando-se que a elas caberão o ônus financeiro e a responsabilidade do controle junto aos supervisores dos estagiários e como ponto positivo unicamente a responsabilidade social. Acreditamos que deva haver empenho na retomada de convênios que já existiram em exercícios anteriores e que foram bem sucedidos, bem como no estabelecimento de novos instrumentos de cooperação.

Para o ano de 2012, o INES pretende solidificar a parceria com o Sistema S, que promove qualificação profissional para pessoas com necessidades especiais através do Programa de Ações

Inclusivas (PSAI) do SENAI, e do Programa Sem Limite, do SENAC. A certificação do Sistema S é reconhecida em todo território nacional.

O Encaminhamento a Emprego tem apresentado manifestação crescente das empresas, visando à ampliação da oferta de oportunidades à pessoa surda, considerada a obrigatoriedade de contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, nos termos da Lei nº 8.213/1991. Ampliamos em 16,3% o número de empresas cadastradas – de 147 para 171. No entanto, o número de empresas ofertantes de vagas variou de 73 em 2010 para 63 em 2011. Medidas sugeridas no Relatório de 2010, como a continuação e a ampliação de parcerias com o Sistema S – SENAC, SENAI, SECONCI – foram bem sucedidas, mas mantém-se a necessidade de alargar o leque de parceiros nesta Ação.

Adicionalmente, a DIEPRO indicou a premência de obras de adequação estrutural para o adequado atendimento das demandas: construção de banheiros, reforma da rede elétrica e reparos nas paredes do Setor que apresentam infiltrações.

A análise crítica indica que o modelo vigente na gestão desta Ação ainda se encontra circunscrito à realização de cursos livres (que apenas certificam a participação) de curta duração em áreas bastante diversificadas (informática; corte e costura; artesanato; arte; serviços; idiomas), embora deva ser realçado o fato positivo de que houve diminuição no número: de trinta e sete cursos diferentes ofertados em 2010, para dezenove cursos ofertados em 2011. Isso diminui o impacto de fatores adversos referidos no Relatório de 2010, como o excessivo número de termos de referência (com distintas especificações de materiais e perfis de profissionais) e as variadas demandas estruturais para o funcionamento de cursos.

No marco de uma transição para um novo modelo, cuja necessidade também foi sublinhada em análise crítica no Relatório de Gestão 2010, o INES, em 2011, traçou as seguintes metas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016:

* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC;

* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2012, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);

* Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o PRONATEC, inclusive por meio de parcerias;

Temos avaliado que o modelo de qualificação adotado nas atuais condições da DIEPRO não contempla as necessidades do mercado corroborando para a pouca atratividade desses cursos por nossos alunos. Entretanto esse modelo atende perfeitamente pessoas surdas que não estão formalmente matriculadas e que se encontravam em estado de isolamento social grave. Com a presença cotidiana nesses cursos qualificaram sua socialização e muitos se sentiram estimulados a voltar para a escolarização formal. .

Surdos com baixa escolaridade poderá ser atendida em ações *de certificação de competências* por meio de parceria com instituições habilitadas para tal, como as escolas técnicas.

Ação 12.128.1374.6319.0001 – Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez

Quadro V – Especificação dos resultados da Ação Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez

Especificação do resultado	
Evento	Profissionais Capacitados
I Encontro Nacional do Dia do Surdo	184
Curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no INES	609
IX Congresso Internacional & XV Seminário Nacional	831
Assessorias Técnicas e Seminários	5.813
Capacitação Técnica	20
Estágios	53
Fóruns Permanentes de Educação, Linguagem e Surdez (8)	738
Total	8.248

A ação alcançou oito mil duzentas e quarenta e oito pessoas capacitadas, o que representa uma superação em 70,8% da meta física estipulada de seis mil pessoas capacitadas. Alguns fatores tiveram relação direta com o resultado, no sentido tanto de dificuldades enfrentadas, por um lado, e das respectivas estratégias de superação ou redirecionamento adotadas, por outro:

- a) o Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da Surdez, na modalidade presencial, deixou de ser realizado em 2010 e 2011. Esse Curso, ao longo dos últimos anos, tem atraído educadores de diferentes regiões do País, mas a um custo elevado para elas ou para seus órgãos de origem: deslocamento aéreo; afastamento do trabalho; custeio de moradia provisória, alimentação e transporte no Rio de Janeiro, etc. Houve decisão estratégica de se priorizar a redefinição desse Curso na modalidade a distância, com maiores perspectivas de alcance nacional. Essa medida permitiu que a equipe responsável elaborasse documentos norteadores do curso a distância: Termo de Referência para contratação de empresa especializada em tecnologia de EAD e Projeto Pedagógico do Curso;
- b) o Seminário Nacional / Congresso Internacional teve um público além do esperado, superando em 16,55% a meta estipulada. Para alcançar um bom resultado, o Instituto formou uma comissão científica que articulou os eventos do INES numa proposta de discussões atuais na Educação de Surdos. Além disso, houve continuidade da contratação de firma de eventos para cuidar de toda a organização do evento, ficando para o Instituto a supervisão dos serviços contratados. Por fim, destaca-se a alteração da localização do evento, que aconteceu numa região mais acessível. A estrutura do hotel que sediou o evento, por sua vez, permitiu a diversificação de ambientes e de modalidades de participação do público: conferências, simpósios nacionais, simpósios internacionais, etc. Já o Fórum Permanente – 8 (oito) eventos no ano – teve realizado de público (738 pessoas) aquém da meta prevista (780 pessoas), em função de ter ocorrido uma longa greve de servidores, que dificultou a participação de docentes do

DEBASI e do DESU. Um fator positivo, em 2011, foi a constituição de uma comissão científica específica para o Fórum, que propôs o debate em torno de Práticas para a Educação de Surdos. Além disso, todas as palestras realizadas foram reunidas em publicação (Revista Fórum) que foi distribuída para todo o Brasil;

- c) o Curso de LIBRAS tem sempre uma grande procura pela comunidade, especialmente profissionais da educação, familiares de surdos, profissionais da área de recursos humanos de empresas, etc. Iniciamos a utilização de novos mecanismos para melhorar a composição das turmas, considerando os níveis de educação formal dos alunos. Foram implantadas nova metodologia e respectivas estratégias para melhorar o conteúdo das aulas. No 1º Semestre de 2011, em razão de obras estruturais no prédio principal do Instituto, o Curso para a comunidade teve que ser cancelado, quando funcionou apenas um curso para novos servidores e familiares do INES. Nesse período, foi elaborado material didático por meio de filmagem, com produção de material audiovisual para aula e provas, bem como o material impresso. No segundo semestre, foi retomada a oferta regular, acrescida de um curso intensivo para novos servidores e para alunos ingressantes no Programa de Prática Profissional. Permanece, todavia, a questão do contrato terceirizado, mas o INES tem buscado sensibilizar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a necessidade de se criar o cargo de instrutor de LIBRAS ou ampliar o quadro docente – Projeto de Lei nº 2.134/2011, uma vez que tal atividade é prevista no artigo 14, § 1º, do Decreto 5.626/2005, que orienta as ações do Instituto:

Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos.

- d) pelo fato de ser centro de referência comprometido com a diretriz da educação bilíngue, todo o INES precisa conhecer e utilizar a LIBRAS, e por essa razão foi realizado curso de LIBRAS para novos servidores, que também receberam materiais para autoinstrução (CDs e DVDs).;
- e) a participação em Seminários e Assessorias Técnicas ampliou-se em relação ao exercício anterior, superando em 55% a meta para 2011. A dificuldade encontrada diz respeito à escassez de profissionais em determinadas áreas com disponibilidade para seguir para atividades em outros Estados, bem como a questões logísticas dos municípios solicitantes. No início de 2011 detectou-se a necessidade de reestruturação dessas atividades, para torná-las mais ágeis e objetivas e menos custosas quanto ao número de profissionais deslocados e tempo de permanência, considerada a necessidade de reduzir despesas com diárias e passagens. Também vale registrar o impacto causado pela saída de professores para atender os sistemas de ensino e saúde no Brasil e eventualmente no exterior, não havendo substitutos para assumir suas funções docentes e técnicas nas demais ações do Instituto, destacando a regência de turma. O novo modelo adotado mostrou-se mais eficaz e eficiente. O resultado poderia ter sido ainda mais expressivo se não tivéssemos passado por uma situação de greve (entre julho e setembro de 2011), seguida de reposição de aulas. Isso impossibilitou a liberação de professores para atividades externas, o que ocasionou o cancelamento de diversas Assessorias Técnicas e quase inviabilizou também o último Seminário. Outro fator que muitas vezes diminui a participação de profissionais nos Seminários do INES é a dificuldade de liberação desses trabalhadores da educação por parte dos governos municipais e estaduais.
- f) as Capacitações Técnicas foram retomadas no segundo semestre de 2011, em um modelo revisto, intitulado Programa de Prática Profissional, que é mais conciso e focalizado, em

resposta à análise crítica apresentada no Relatório de Gestão de 2010. Não foi alcançada a totalidade da meta, de vinte e cinco profissionais capacitados, em função da eliminação de quatro candidatas que descumpriram as normas do Programa e da desistência não justificada de uma candidata. A partir de 2012, o PROPP deverá ser ofertado pelo INES no primeiro e no segundo semestres;

- g) quanto aos Estágios, realizado no quantitativo de cinquenta e três ficou aquém da meta de sessenta e seis, mas circunscrita à dimensão institucional – alunos do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES e alunos do Curso Letras – LIBRAS, de responsabilidade da UFSC, de que o INES é Pólo. Não tem havido procura por parte de estudantes de graduação de instituições externas, possivelmente em razão de não existir bolsa-auxílio. Intensificamos as ações para celebração de convênios e parcerias.

Ação 12.367.1374.6321.0101 – Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Avaliamos positivamente o resultado atingido pelo INES nesta ação, de 87,3% da meta estipulada para as atividades educativas do Instituto (total de alunos matriculados nos níveis Básico e Superior, conforme quadro a seguir), embora sejam necessários ajustes logísticos e de recursos humanos para o aprimoramento das atividades.

Metas e resultados da ação – 2011 Produto: aluno matriculado (unidade)

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
870	R\$ 45.495.691,00	700	R\$ 27.406.309,00

Quadro VI – Resultados da ação Funcionamento do INES

ESPECIFICAÇÃO DO RESULTADO	
Educação Básica	
Segmento	Alunos matriculados / atendidos
Educação Infantil	46
Séries Iniciais do Ensino Fundamental	131
Séries Finais do Ensino Fundamental	135
Ensino Médio	122
Matrículas trancadas	8
Alunos com surdez e outras necessidades especiais	5
Total de alunos na Educação Básica	447
Educação Superior	
Segmento	Alunos matriculados
Curso de Graduação	182
Curso de Pós-graduação	18
Matrículas trancadas	53
Total de alunos na Educação Superior	253
Total de alunos matriculados no INES	700

No campo da Educação Básica, podemos dizer que o funcionamento do CAP/INES no ano letivo de 2011 esteve dentro do esperado, segundo a Unidade Responsável, com resultados que podem ser considerados satisfatórios. Em relação à matrícula, devemos considerar as transformações em curso,

que apontam para a consolidação dos direitos e da oferta de educação inclusiva e próxima da moradia dos alunos.

A demanda por vagas manteve-se nos mesmos níveis, se compararmos o cadastro de candidatos a vagas em 2010 e em 2011, apesar do atendimento oferecido, em escolas da rede regular, para pessoas surdas. Apesar da demanda inicial, observamos uma queda que parece ser significativa do número de matrículas, como veremos adiante. O cadastro de candidatos a vagas em 2012 não apresentou alteração significativa em relação a 2011.

O ingresso dos novos servidores, docentes, técnicos e administrativos, causou impacto positivo, apesar da inexperiência dos mesmos na área da educação de surdos, que se busca suprir por meio de capacitações, inclusive em LIBRAS, em colaboração com o DDHCT.

A inexistência dos cargos de Assistente Educacional em LIBRAS, Instrutor de LIBRAS e Tradutor e intérprete de LIBRAS no quadro permanente do INES, foi contornada, em 2011, através de terceirização, o que prejudicou o desenvolvimento plenamente satisfatório das atividades escolares. A empresa contratada tem atendido a contento às nossas demandas, mas ainda não consegue realizar as substituições dos contratados, quando necessário em função da falta de profissionais qualificados no mercado.

O Instituto tem realizado, nos últimos anos, gestões junto aos órgãos superiores (MEC e MPOG) e uma importante conquista desse esforço foi a assinatura da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamentou o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Entretanto, permanece a demanda de se criar mecanismos para lidar com duas necessidades do INES, a saber: existem importantes campos de atuação nos processos educativos que se desenvolvem no CAP/INES – as funções de Assistente Educacional em LIBRAS e de Instrutor de LIBRAS – que ainda não correspondem a profissões regulamentadas e, portanto, não podem ser contemplados com a realização de concursos. Uma possibilidade que vem sendo considerada é a ampliação do quadro docente – Projeto de Lei nº 2.134/2011, via concursos públicos, para suprir a carência de profissionais desses dois perfis.

O Ensino Fundamental do CAP/INES já funciona em regime de nove anos, atendendo aos preceitos legais vigentes. Durante o ano letivo de 2011, um novo Projeto Político Pedagógico foi redigido para o CAP/INES, mais adequado às demandas atuais, contando com a participação de docentes, técnicos, pais de alunos e alunos na comissão formada para este trabalho.

Uma dificuldade encontrada diz respeito à participação de docentes e técnicos em ações externas de Capacitação de Profissionais na área da surdez (seminários e assessorias técnicas em diferentes estados do Brasil). Ela tem causado prejuízo às atividades do CAP/INES, uma vez que os servidores deixam de atender os alunos e/ou desenvolver suas atividades profissionais e não há possibilidade de substituí-los. Esse fato aponta para a necessidade de um número maior de docentes no Colégio de Aplicação.

Outra diz respeito ao fato de que em 2011 ainda contamos com alguns professores substitutos. Apesar de termos ocupado vinte e duas vagas de docentes por meio do concurso realizado em 2009, o referido certame não supriu todas as demandas do Instituto. Em relação aos técnicos e funcionários administrativos, a realização do concurso e a nomeação dos novos servidores também não supriram totalmente as necessidades do INES. Em alguns setores, como a DIRE que representa as atividades de secretaria escolar, a DISOP que envolve o serviço social e psicologia e a DIAE que envolve os assistentes de alunos, os novos servidores vieram atender de modo satisfatório à demanda existente em 2010. Entretanto, a exoneração voluntária de alguns concursados modificou essa realidade em 2011, trazendo dificuldades para o bom funcionamento do CAP/INES.

Quanto a Divisão Médica e Odontológica está em processo de reformulação de suas atribuições. Entendemos que as ações dos médicos devem estar mais voltadas para projetos de saúde escolar e outros, responsabilidades essas prejudicadas pelo compromisso de realizar perícias médicas não somente dos funcionários do INES como de funcionários de outras instituições públicas.

Na **Educação Superior**, o INES oferece dois cursos: Pedagogia – Licenciatura Plena (Graduação) e Especialização em Surdez e Letramento -Pós-Graduação, em atendimento ao disposto no Decreto 6.320 de 2007 e no Decreto nº 7.480 de 2011, ambos abertos à participação de surdos e ouvintes.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia oferece sessenta vagas anuais à comunidade, distribuídas nos turnos vespertino e noturno.

O Curso de Pós-graduação, em sua segunda edição, ofertou trinta vagas em 2010, das quais vinte e quatro foram preenchidas, tendo ocorrido seis desistências. O processo de seleção passou por modificações passando a incluir prova escrita, além de análise de currículo e entrevista.

Houve avanços na Educação Superior, tanto na perspectiva de tornar sua gestão mais democrática e transparente quanto na perspectiva de promoção da acessibilidade.

No primeiro quesito, destacamos a promoção de eleições para escolha de representantes de turmas e no Colegiado; a participação de toda a comunidade acadêmica nas decisões, e o contato direto de alunos e Centro Acadêmico com Direção e Coordenações. Igualmente, merece destaque a criação, em regime participativo – no âmbito do Colegiado de Departamento instituído pela Portaria INES nº 189 de 2011 – de documentos importantes como o do Programa de Iniciação Científica; o do Regime de Trabalho docente e carga horária; o da Política de Pesquisa do DESU e o das Normas de Pesquisa do DESU.

No segundo quesito, lembramos que o processo seletivo para o ingresso de novos alunos no ano de 2012 prevê que todas as etapas do processo apresentem versões em LIBRAS para atender aos candidatos surdos, tais como edital, manual do candidato, prova e resultados. Esse processo é inovador, já que os vestibulares anteriores apresentavam apenas a prova, ou parte dela, em LIBRAS.

Devemos também destacar a realização de um trabalho de pesquisa para produção de um glossário em LIBRAS, visando registrar os sinais acadêmicos em LIBRAS criados no âmbito deste curso.

- Em relação a taxa de evasão escolar observamos que são diversas as razões dessa ocorrência: Redefinição por parte do(a) aluno(a) em relação ao curso de formação de sua preferência.
- Moradia distante e/ou em área de risco, aliado a condições econômico-financeiras.
- Dificuldades socioeconômicas (conflitos familiares, desemprego, insuficiência de renda, cuidado com filhos).
- Insuficiência de rendimento acadêmico (alunos que tiveram sérias defasagens em sua formação básica muitas vezes não conseguem viabilizar uma permanência bem-sucedida na Educação Superior).
- Dificuldades com os profissionais que atuam com a língua de instrução do Curso – LIBRAS, visto que estes são terceirizados, não possuem formação adequada, recebem baixos salários, causando, assim, alta rotatividade destes profissionais em sala de aula.

A prática na Educação Superior do INES tem sido de que a DIASE entrevista individualmente cada aluno em risco de evasão, para identificar o problema e apoiar quando e como possível.

Uma questão que permanece diz respeito ao reduzido quantitativo de docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva – sete – em face da ampliação do quantitativo de alunos a cada ano. Em um semestre que conte com quatro turmas de Pedagogia, são ministradas quarenta e oito disciplinas, para um quadro de apenas sete docentes efetivos. Apenas com o quadro de efetivos, seria impossível

prossequir os trabalhos e os alunos ficariam prejudicados em seu direito. Tanto é que o número de professores contratados durante o ano de 2011 foi maior que o dobro do número de efetivos, perfazendo um total de dezoito contratados e sete efetivos.

Esse problema é motivado pela carência de vagas no magistério superior ao INES e conseqüentemente a impossibilidade de se obter autorização para realizar novos concursos. Para cumprir a competência definida nos Decretos Presidenciais nº 6.320, de 2007, e nº 7.480, de 2011, de “efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação”, o Instituto tem recorrido à contratação de professores temporários.

O INES precisa de pelo menos mais vinte cargos efetivos de magistério superior em seu quadro, das correspondentes vagas e da autorização para realizar o respectivo concurso público de provas e títulos, com vistas a assegurar a qualidade do Curso de Graduação, evitando que a rotatividade excessiva no quadro do magistério da Educação Superior a comprometa.

O Curso de pós-graduação lato sensu em Surdez e Letramento é ofertado em parceria com a Fundação de Apoio à Escola Técnica/Instituto Superior de Educação do Rio Janeiro (FAETEC/ISERJ), conforme publicado no Diário Oficial da União do dia 09 de outubro de 2008, referente ao Convênio assinado em 18 de julho de 2008. Para os anos de 2010/2011, a parceria foi renovada através de Termo Aditivo.

No que se refere ao funcionamento do curso, foram feitas reuniões entre os dirigentes do INES e do ISERJ em que se optou pela continuidade da oferta do curso para o ano de 2010/2011, com seleção de novos candidatos, no segundo semestre de 2010. Houve boa procura: foram aprovados vinte e quatro candidatos em relação às trinta vagas existentes. Houve seis desistências, e dezoito alunos concluíram com êxito a Especialização.

No que se refere à infraestrutura, devemos mencionar as seguintes realizações em 2011 – muitas delas em resposta às necessidades indicadas no Relatório anterior – bem como os seguintes desafios:

Reorganização do espaço físico:

- Criação de Sala de Estudos para os alunos do Curso Bilíngue de Pedagogia – Espaço composto por uma bancada com seis microcomputadores e três mesas grandes para confecção de trabalhos de prática pedagógica. Funcionamento de 2ª a 6ª feira de 11h às 21h;
- Criação da sala de orientação de monografia - Espaço refrigerado composto por duas estações de trabalho com computadores, Datashow com tela retrátil, uma mesa de reuniões com cadeiras e um ramal telefônico.
- Criação da sala de professores - Espaço composto por uma bancada com três microcomputadores, uma mesa de reuniões redonda com cadeiras, escaninho fixo, estante baixa em aço, um ramal telefônico, etc.
- Remanejamento da sala do Centro Acadêmico para um espaço arejado com janela. Os seguintes materiais foram cedidos para este espaço: duas armários, uma estante em aço, uma mesa grande de reuniões, geladeira frigobar, micro-ondas e um computador com impressora.
- Implementação de Laboratório de Ensino – Espaço composto por Terminal de informática e material, mesas planas com cadeiras separadas em quatro grupos, um armário, um quadro branco, um mural, data show e estantes com material pedagógico diversificado, para uso do corpo docente com suas turmas.
- Colocação de *Datashow* e tela para projeção em todas as salas de aula e no laboratório de informática;
- Ampliação do espaço da Secretaria.

- Remanejamento da sala de Intérpretes – Espaço composto por uma mesa de reuniões com quatorze cadeiras, uma geladeira grande, micro-ondas, um armário em aço, um ramal telefônico e um microcomputador.

Uso de tecnologias da informação na Educação Superior

Problemática:

No que tange ao suporte tecnológico, o DESU possui um quantitativo razoável de computadores à disposição de seu público. Estes computadores estão em rede, até agora, pouco explorada no que concerne às possibilidades de compartilhamento e funcionalidades próprias a um estabelecimento escolar, em função da deficitária velocidade de seis megabytes disponibilizada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP ao INES. O DESU também possui equipamentos para filmagem, para projeção, terminais eletrônicos e outros. Abaixo enumeramos os principais desafios encontrados no começo do ano de 2011:

- Computadores com sistema operacional e softwares inadequados para um estabelecimento de ensino;
- Constantes problemas de funcionamento de rede, de acesso à internet e de manutenção de software;
- Embora tenhamos constituído, graças à iniciativa de um de nossos professores, um Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE (AVA DESU/INES Sinal Aberto), com 270 usuários inscritos, este programa ainda não tem sido usado plenamente, por problemas relacionados a manutenção e custeio da hospedagem em servidor dedicado.
- Ausência de um sistema eletrônico pleno de gerenciamento acadêmico; temos apenas um serviço restrito à matrícula *on line*;
- Ausência de um projeto que articule pedagogicamente o uso das tecnologias disponíveis aos interesses do curso.

Medidas adotadas:

Algumas ações e propostas, no sentido de solucionarmos as demandas acima mencionadas:

- O Ambiente Virtual de Aprendizagem do DESU (AVA Sinal Aberto) foi criado a partir do uso do código aberto disponibilizado pela plataforma MOODLE. Esta plataforma é a mais utilizada no mundo no que tange a suporte à Educação Presencial e à Distância, sendo atualizada constantemente por colaboradores e desenvolvedores do mundo inteiro. Desenvolvido e instalado em servidor próprio, o AVA foi entregue à Divisão de Informática do INES (DINFO) para migração ao servidor do INES. Instalado e funcionando, o AVA precisa de uma equipe de especialistas que o administre. Torna-se necessária, ainda, uma Capacitação destinada aos professores e aos técnicos administrativos do DESU/INES para que possamos aprender a utilizar todos os recursos encontrados na Plataforma MOODLE;
- Solicitamos a compra de um sistema de gerenciamento de ensino ou a instalação do SAGU, que é baseado em código aberto e disponível livremente para alterações e utilização. Paralelamente, a DINFO desenvolveu – e continua desenvolvendo – seu próprio sistema de gerenciamento de ensino, que está disponível pela intranet. Este se limita ao lançamento de notas, frequência e conteúdos das disciplinas. Mas não pode ser acessado em casa e não atende plenamente às nossas demandas. Apesar das limitações, o sistema de gerenciamento acadêmico, implementado pela DINFO, possibilitou a utilização de pauta eletrônica pelos professores, agilizando assim o lançamento, gerenciamento e controle dos dados e ainda, a realização pela primeira vez da renovação de matrícula *on line*, facilitando enormemente a

- vida de nossos alunos, bem como o trabalho da secretaria.
- Foi desenvolvida uma proposta de instalação de terminais eletrônicos e respectivos softwares (livres), nas salas de aula e nos corredores, que dinamizariam o trabalho docente e integraria em rede (*wi-fi*, *cabeada* e *bluetooth*) toda a comunidade do DESU. Esta proposta aguarda encaminhamento;
 - Dois terminais eletrônicos foram instalados, no Laboratório de Ensino do DESU, com software livre. Estes terminais foram personalizados segundo propósitos pedagógicos próprios à funcionalidade do Laboratório de Ensino.
 - Realização de gestões junto à RNP no sentido de expandir a velocidade de conexão à Internet.

Ação 12.573.1374.8243.0001 – Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez

A composição e o funcionamento de uma Comissão Editorial, conforme havia sido sinalizado no Relatório anterior, contribuiu para a superação da meta de produção de estudos no exercício.

Com respeito ao Desenvolvimento de Pesquisas, contamos com os seguintes estudos, em 2011:

1. A terapia fonoaudiológica como inclusão social – Mônica Campello
2. Recursos de Comunicação Visual – Ana Maria Vargas da Silva e Maria de Lourdes S. Ravagnani
3. Processo de Alfabetização de Crianças surdas – Ana Patrícia Azevedo Pinto
4. Discurso da mãe ouvinte durante a interação com o filho surdo – Patrícia F. Camões Alves –
5. Jogo educativo para crianças com necessidades especiais auditivas que auxilie no aprendizado de língua portuguesa – Amanda F. Costa e outros.
6. A surdez se anuncia: imagens do ser surdo e da surdez produzidas na surdez – Maria Clara Maciel
7. O teatro surdo – INES, preparação do ator – Isadora Coimbra Diniz
8. Sinalizando a Educação – Mauricio Rocha Cruz
9. Comparação da compreensão textual por surdos bilíngues de contato precoce e tardio com a LIBRAS – Gisela Carmo P. de Mattos
10. Arte e transcendência- Jaqueline Nogueira de A. Gomes
11. Produção e transformação de alteridades sociais no meio rural: o caso da surdez – Gil A. Felix.
12. Periferia e direitos humanos – Deborah P.C.L.
13. Fundamentos da Educação Especial: a construção de consciência ética Rodrigo Quaresma

14. Comparativo de velocidade de reação visual de indivíduos surdos e ouvintes praticantes de futebol. Carina Basílio da Silva
15. DVD interativo a criança e a construção do texto - Teresa Rude
16. Formas de trabalho docente na educação inclusiva à evolução do objeto dos alunos do INES – José Anchieta Bentes
17. Perfil epidemiológico da frequência de sobrepeso e obesidade dos alunos do INES – Astrogildo Viana Oliveira
18. A formação do professor de matemática na Educação de Surdos – Paulo Nascimento
19. Análise de Narrativa Escrita de Surdos – Maria do Rosário
20. As primeiras aprendizagens da criança surda - Ana Lúcia Nascimento
21. Jogos e brincadeiras, leitura e escrita: como o professor reúne essas noções na educação de crianças surdas - Luciana Andrade Pais Rosa
22. A inclusão social do surdo na educação de surdos – Claudia Viotto Martins
23. Livro em Libras - Maria Marta Costa Ciccone, Luis Claudio
24. A importância da gestualidade no ensino de surdos visando a inclusão social – Roberta Fonseca
25. Implementação do atendimento dermatológico e clínico cutâneo com promoção de saúde em população de surdos no Município do Rio de Janeiro - Paulo Pimentel Andrade, José Augusto da Costa Nery, André Felipe Marcondes Vieira e Márcia Teresa Carreira Teixeira Belo
26. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas - Alvanei Viana
27. Memórias de Lygia Pimentel Lins: uma passagem de relevância no INES - Graça Maria Dias da Silva
28. Investigação de Habilidades Matemáticas em Alunos Surdos do Ensino Fundamental - Silene Pereira Madalena
29. Estudo comparativo da amplitude das Emissões otoacústicas em bebês com diferentes tipos de curvas Timpanométricas - Paula Rezende Nunes
30. Estudo da Supressão das Emissões Otoacústicas Evocadas transientes em bebês pré termo e a termo - Helena Cristina Campos Siano
31. Surdez e Inserção profissional: representações sociais de universitários surdos –José Carlos Miraglia Magaldi

32. Investigação e Construção de Ideários do Ensino da Matemática para o aluno surdo como cidadão bilíngue - Maria Cristina Polito
33. A linguagem Científica em Língua de Sinais - Joana Correia Saldanha
34. O Cotidiano Escolar do Curso Bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES: Um olhar Avaliativo - Armando Guimarães Nembri
35. Sinalizando a Inclusão: A ciência quebra o silêncio entre cientistas, educadores e a comunidade surda rompendo paradigmas - Regina Célia de Almeida
36. Representação Social da LIBRAS em surdos- Mariana Gonçalves Ferreira
37. Vestibular – o que pensam os alunos surdos do Ensino Médio? - UFRJ
38. Pesquisa: Estudos das Vibrantes em deficientes auditivos congênitos falantes do português brasileiro – Laurinda Medon do Valle. **Pesquisa externa**/Mestrado – UVA em andamento.
39. Multi-trilhas virtual novas diretrizes para o jogo de entretenimento na aquisição da linguagem por crianças surdas – Ana Tereza Pinto de Serqueiros Correia. **Pesquisa externa**/Mestrado PUC finalizada no 2º semestre de 2011 com relatório final. Encaminhado para artigo na Revista Espaço.
40. Estratégias didáticas utilizadas por uma professora surda – Ana Caroline Chaves Manso. **Pesquisa interna**/Graduação DESU/INES em andamento.
41. Proposta de iniciação à ciência: espaço de ciências do 1º segmento do ensino fundamental – EspCie1 – Ana Claudia da Fonseca Flores. **Pesquisa interna** em andamento.
42. Surdez e políticas de língua – um estudo do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Nice Maria da Silva. **Pesquisa externa**/Doutorado na UNICAMP em andamento.
43. O paciente deficiente auditivo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem – Vitor Machado Cavagna. **Pesquisa externa**/Graduação UFF finalizada no 2º semestre de 2011. Encaminhado para artigo na Revista Espaço (com relatório final).
44. A prática pedagógica: a parceria professor ouvinte – professor surdo – Lorena Assis Emídice. **Pesquisa interna**/Graduação DESU/INES em andamento.
45. A aquisição dos conceitos matemáticos pela criança – Natália Rodrigues Henrique Ferreira. **Pesquisa interna**/Graduação DESU/INES em andamento.
46. A relação escola-trabalho no Instituto Nacional de Educação de Surdos – Alessandra Gomes da Silva. **Pesquisa externa**/Mestrado Cândido Mendes finalizada no 2º semestre de 2011. Encaminhado para artigo na Revista Espaço.

Em relação às pesquisas cadastradas na DIESP, que visam gerar conhecimento relevante para a inclusão escolar e social da pessoa surda, houve um decréscimo no cadastro de pesquisas internas, orientada por acadêmicos do INES, uma vez que vários profissionais docentes e administrativos estão cursando mestrado e doutorado, cadastrando suas pesquisas nos seus respectivos programas de pós-graduação. Vale ressaltar que os orientadores que são professores do DESU não puderam, em virtude da ampliação de demanda de atividades no seu Departamento, continuar com as orientações. Sendo assim, desde o final do primeiro semestre estamos sem orientador para as pesquisas internas.

A greve dos professores do DEBASI interferiu no desenvolvimento de algumas pesquisas, principalmente as que tinham selecionado os alunos do SEF2 e SEME como alvo de investigação. Sem eles, a realização de entrevistas e filmagens ficou prejudicada.

Também não foi possível em 2011 a criação do Comitê de Ética em Pesquisa como estava planejado. Foi discutida a reformulação das Normas de Pesquisa - do DESU.

Julgamos positivo o resultado do Desenvolvimento de Pesquisas, de cinquenta estudos disseminados, o que significa uma superação em 42% da meta estipulada para o exercício de 2011, em número de trinta e cinco.

Há duas providências inadiáveis que tomaremos no exercício de 2012: a conclusão dos trabalhos de reformulação das Normas de Pesquisa e a criação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INES	26104	152005

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	48.266.022,00	42.789.683,00			28.544.003,00	25.241.607,00
	PLOA	48.266.022,00	42.789.683,00			28.544.003,00	25.241.607,00
	LOA	48.266.022,00	42.789.683,00			28.544.003,00	25.241.607,00
CRÉDITOS	Suplementares	6.003.128,00	8.502.000,00			5.000,00	1.213.500,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados						400.000,00	50.400,00

Outras Operações						
Total	54.269.150,00	51.291.683,00	-	-	28.149.003,00	26.404.707,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Programação de Despesas de Capital

Artigo I. Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Artigo II. Em R\$ 1,00

Artigo III. Origem dos Créditos Orçamentários		Artigo IV. Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		3.080.769,00	2.550.000,00			
	PLOA		3.080.769,00	2.550.000,00			
	LOA		3.080.769,00	2.650.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		3.080.769,00	2.650.000,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.1.2 Quadro-resumo da programação de despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		28.544.003,00	25.241.607,00	3.080.769,00	2.550.000,00	
	PLOA		28.544.003,00	25.241.607,00	3.080.769,00	2.550.000,00	
	LOA		28.544.003,00	25.241.607,00	3.080.769,00	2.650.000,00	
CRÉDITOS	Suplementares		5.000,00	1.213.500,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					

	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		400.000,00	50.400,00			
Outras Operações							
Total			28.149.003,00	26.404.707,00	3.080.769,00	2.650.000,00	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Consideramos compatíveis os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário em relação às necessidades de crédito da Unidade Orçamentária, para cumprimento de sua programação de trabalho, bem como entre o Projeto de LOA e a dotação aprovada pelo Congresso Nacional.

2.4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	150014	UO 26101 - PT: 12.122.1067.2272.0001			5.317,74
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

Os créditos recebidos por movimentação interna referem-se ao Programa Gestão e Administração do Programa do Ministério da Educação, que objetiva propiciar Treinamento oferecido pela SPO/MEC (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC) aos Servidores do INES.

2.4.2 Execução Orçamentária da despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	6.021.914,84	10.359.974,58	6.021.914,84	10.359.974,58
Convite		-		-
Tomada de Preços	105.810,30	4.200,00	105.810,30	4.200,00
Concorrência	407.019,84	498.762,32	407.019,84	498.762,32
Pregão	5.509.084,70	9.857.012,26	5.509.084,70	9.857.012,26
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Registro de Preços		-		-
Contratações Diretas	1.242.662,46	1.702.354,65	1.242.662,46	1.702.354,65
Dispensa	602.114,70	973.857,66	602.114,70	973.857,66
Inexigibilidade	640.547,76	728.496,99	640.547,76	728.496,99
Regime de Execução Especial	9.028,98	7.738,29	9.028,98	7.738,29
Suprimento de Fundos	9.028,98	7.738,29	9.028,98	7.738,29
Pagamento de Pessoal	53.636.576,89	52.643.572,55	53.636.576,89	52.643.572,55
Pagamento em Folha	53.557.215,69	50.837.958,11	53.557.215,69	50.837.958,11
Diárias	79.361,20	227.249,74	79.361,20	227.249,74
Auxílio Alimentação	1.107.151,11	1.136.240,54	1.107.151,11	1.136.240,54
Auxílio Transporte	319.166,86	344.533,28	319.166,86	344.533,28
Auxílio Creche	18.525,35	19.446,50	18.525,35	19.446,50
Ressarcimento Ass. Médica	687.088,79	-	687.088,79	-
Outros (Não se Aplica)	8.648,89	78.144,38	8.648,89	78.144,38
Totais	63.050.764,17	66.292.004,77	63.050.764,17	66.292.004,77

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal		53.557.215,69	50.720.636,00	53.557.215,69	50.720.636,00	-	-	53.557.215,69	50.620.707,00
1º elemento de despesa - 31.90.01		22.675.258,46	22.301.048,00	22.675.258,46	22.301.048,00			22.675.258,46	22.201.119,00
2º elemento de despesa - 31.90.11		19.151.264,71	17.892.243,00	19.151.264,71	17.892.243,00			19.151.264,71	17.892.243,00
3º elemento de despesa - 31.90.03		6.583.033,02	6.244.865,00	6.583.033,02	6.244.865,00			6.583.033,02	6.244.865,00
Demais elementos do grupo		5.147.659,50	4.282.480,00	5.147.659,50	4.282.480,00			5.147.659,50	4.282.480,00
2 – Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa									
Nome 2º elemento de despesa									
Nome 3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3 – Outras Despesas Correntes		11.146.897,76	18.106.880,00	9.382.579,99	13.374.605,00	2.037.317,77	4.732.276,00	9.382.579,99	13.374.605,00
1º elemento de despesa - 33.90.39/91.39		4.580.094,45	12.109.472,00	3.401.284,75	7.641.129,00	1.178.809,70	4.468.342,00	3.401.284,75	7.641.129,00
2º elemento de despesa - 33.90.37		3.465.109,33	3.012.246,00	3.243.323,61	2.836.115,00	221.785,72	176.131,00	3.243.323,61	2.836.115,00
3º elemento de despesa - 33.90.30		738.900,03	630.034,00	375.177,68	542.232,00	636.722,35	87.803,00	375.177,68	542.232,00
Demais elementos do grupo		2.362.793,95	2.355.128,00	2.362.793,95	2.355.129,00	-	-	2.362.793,95	2.355.129,00
Totais		64.704.113,45	68.827.516,00	62.939.795,68	64.095.241,00	2.037.317,77	4.732.276,00	62.939.795,68	63.995.312,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		672.570,66	2.543.392,00	114.936,77	718.328,00	557.633,89	1.825.063,00	114.936,77	718.328,00
1º elemento de despesa - 44.90.39		334.945,27	491.623,00	24.400,00	30.123,00	310.545,27	461.500,00	24.400,00	30.123,00
2º elemento de despesa - 44.90.52		265.844,99	714.864,00	18.756,37	229.488,00	247.088,62	485.375,00	18.756,37	229.488,00
3º elemento de despesa - 44.90.51		71.780,40	1.336.905,00	71.780,40	458.717,00	-	878.188,00	71.780,40	458.717,00
Demais elementos do grupo									
5 – Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6 – Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
Totais		672.570,66	2.543.392,00	114.936,77	718.328,00	557.633,89	1.825.063,00	114.936,77	718.328,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

A Programação Orçamentária da Unidade não sofreu alterações significativas, à exceção das despesas de Capital, cujo planejamento considerou a necessidade de adquirir software para complementar os adquiridos em 2010, a fim de aprimorar o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas do Instituto.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	1.746,73	33.581,66	1.746,73	33.581,66
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	1.746,73	33.581,66	1.746,73	33.581,66
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	736,01	-	736,01	-
Dispensa	736,01		736,01	
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	2.835,00	5.540,02	2.835,00	5.540,02
Pagamento em Folha				
Diárias	2.835,00	5.540,02	2.835,00	5.540,02
Outras				
Totais	5.317,74	39.121,68	5.317,74	39.121,68

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	5.317,74	39.121,68	5.317,74	39.121,68	-	-	5.317,74	39.121,68
1º elemento de despesa - 33.90.14	2.835,00	5.540,02	2.835,00	5.540,02			2.835,00	5.540,02
2º elemento de despesa - 33.90.33	2.482,74	2.081,66	2.482,74	2.081,66			2.482,74	2.081,66
3º elemento de despesa - 33.90.32	-	31.500,00		31.500,00				31.500,00
Demais elementos do grupo								
Totais	5.317,74	39.121,68	5.317,74	39.121,68	-	-	5.317,74	39.121,68

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não ocorreram no período.

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.4.3.1 Ação: Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

2.4.3.1.1 Cursos, treinamentos, congressos, seminários e fóruns – servidores Capacitados

a) Utilidade.

Indica o número de servidores Capacitados. Deve proporcionar a visão do real x previsto, em termos de número de Capacitados e número de eventos de Capacitação.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: número de vagas para Capacitação oferecidas aos servidores.
- Realizado no ano: número de servidores Capacitados.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Planejamento e Administração.

f) Resultado do indicador no exercício.

Servidores Capacitados		
Meta	Realizado	Diferença
300	348	48 + 16%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Como se vê, em termos financeiros registrado no item **Gasto Total**, o investimento em atividades voltadas para ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ficou na ordem de 10% do valor estabelecido para a meta anual. Dessa forma, cumpre-nos esclarecer que, referente ao exercício de 2010, foi apontada, sob orientação da Solicitação de Auditoria de Nº. **201108900/20, de 20/04/2011, Registro 5**, como descrição sumária a incidência de gastos desnecessários para custear diárias e passagens referentes a participação de servidores em cursos fora do Estado, sendo que havia ofertas dos mesmos cursos ou similares na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, considerando os preceitos do Princípio da Economicidade, durante o exercício de 2011, redimensionou-se a dinâmica de atividades de capacitação, priorizando a realização de cursos de aperfeiçoamento e afins no Estado do Rio de Janeiro. Outro aspecto a ser relatado é o fato de também priorizar as capacitações oferecidas pelas Escolas de Governo e Instituições Públicas, conforme diretrizes do Decreto de Nº. 5.707, de 23/02/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, onde fora estabelecido como prioridade, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- Fortalecimento das iniciativas já implementadas;
- Estratégias voltadas para a racionalização e efetividade nos gastos destinados à ação de capacitação;
- Implantação do Plano Anual de Capacitação;
- Oferecimento de atividades de capacitação na modalidade In-Company.

Obs.: As medidas acima deverão ser gerenciadas pela equipe de Recursos Humanos, em articulação com o Departamento de Planejamento e Administração.

2.4.3.1.2 Gasto total

a) Utilidade.

Monitora a aplicação orçamentária. É a comparação do gasto real com o orçado.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: valor total orçado.
- Realizado no ano: gasto total real.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Planejamento e Administração.

f) Resultado do indicador no exercício.

Gasto total		
Meta	Realizado	Diferença
R\$ 359.800,00	R\$ 36.708,29	R\$ 323.091,71 89,80%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Como se vê, em termos financeiros, o investimento em atividades voltadas para ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ficou na ordem de 10% do valor estabelecido para a meta anual. Dessa forma, cumpre-nos esclarecer que, referente ao exercício de 2010, foi apontada, sob orientação da Solicitação de Auditoria de Nº. **201108900/20, de 20/04/2011, Registro 5**, como descrição sumária a incidência de gastos desnecessários para custear diárias e passagens referentes a participação de servidores em cursos fora do Estado, sendo que havia ofertas dos mesmos cursos ou similares na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, considerando os preceitos do Princípio da Economicidade, durante o exercício de 2011, redimensionou-se a dinâmica de atividades de capacitação, priorizando a realização de cursos de aperfeiçoamento e afins no Estado do Rio de Janeiro. Outro aspecto a ser relatado, é o fato de também priorizar as capacitações oferecidas pelas Escolas de Governo e Instituições Públicas, conforme diretrizes do Decreto de Nº. 5.707, de 23/02/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, onde fora estabelecido como prioridade, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- Fortalecimento das iniciativas já implementadas;
- Estratégias voltadas para a racionalização e efetividade nos gastos destinados à ação de capacitação;
- Implantação do Plano Anual de Capacitação;
- Oferecimento de atividades de capacitação na modalidade In-Company.

Obs.: As medidas acima deverão ser gerenciadas pela equipe de Recursos Humanos, em articulação com o Departamento de Planejamento e Administração.

2.4.3.2 Ação: Profissionalização da pessoa surda

2.4.3.2.1 Cursos de qualificação profissional - número de matrículas e de evasão

a) Utilidade.

Determinar o número de alunos matriculados e que completaram o curso, indicando a efetividade da divulgação, o empenho da equipe responsável, o apelo oferecido pelo curso (interesse gerado), o aproveitamento e a evasão.

b) Tipo.

Efetividade.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: número de matrículas previstas, segundo as ofertas disponibilizadas.

- Realizado no ano: o que foi efetivamente realizado.

- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Quadro VII – Cursos de qualificação para o trabalho realizados em 2011

Nº de ordem	Curso	Situação em 2011		
		Meta	Realizado	Diferença

1	Corte e costura	10	3	-7
2	Acertos e consertos	10	9	-1
3	Windows	60	23	-37
4	Word	60	15	-45
5	Excel	60	10	-50
6	Operador de micro	12	1	-11
7	Textura em parede	10	9	-1
8	Textura em madeira	10	11	+1
9	Arte em tecido	8	8	0
10	Pintura em tecido	8	8	0
11	Arte em MDF com tecido	8	8	0
12	Bordado com fitas	10	9	-1
13	Utilitários em pedrarias	8	5	-3
14	Transfer	10	6	-4
15	Cerâmica	8	3	-5
16	Maquiagem I	16	11	-5
17	Maquiagem II	16	10	-6
18	Português	10	9	-1
19	Orientações para o mercado de trabalho	200	242	+42
20	Manicure	10	3	-7
Totalização		534	403	75,5% ou - 131

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Dentre os fatores que podem explicar a diferença entre a Meta e o Realizado, encontram-se a evasão causada principalmente pela obtenção de vaga no mercado de trabalho pela pessoa surda. Alguns cursos planejados não aconteceram devido à recomendação da Controladoria Geral da União pela abstenção de se contratar pessoa física para suprir a carência de recursos humanos no quadro de docentes / instrutores A Unidade Responsável indicou haver dificuldades na aquisição de materiais em função da ausência de interesse das empresas em apresentar cotação de produtos específicos necessários à realização dos cursos, como aviamentos, material para cerâmica, etc..

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A evasão mencionada não pode se contornada, uma vez que a necessidade de trabalho leva os surdos a deixar os cursos quando a oportunidade aparece. Entendemos ser fundamental que uma avaliação aprofundada desta Ação considere não apenas a eficácia da modalidade de cursos adotada como também a eficácia da comunicação efetivada nos cursos, que pode gerar desinteresse e evasão, por um lado, ou dificuldades de entendimento e mau aproveitamento, por outro. Com respeito a cursos com baixa procura, o INES deve realizar uma qualificada sondagem de interesses e aptidões entre seus jovens alunos surdos, que possa subsidiar o processo decisório nesta Ação. Por fim, entendemos ser necessária a ampliação de parcerias com o Sistema S e com instituições federais de educação tecnológica com vistas à participação de surdos em processos de formação e habilitação profissional.

2.4.3.2.2 Treinamento em serviço - pessoas encaminhadas

a) Utilidade.

Indica o número de encaminhados a estágios / treinamentos.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: número de encaminhamentos previstos, segundo as ofertas disponibilizadas.
- Realizado no ano: o que foi efetivamente realizado.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Arquivo Nacional		
Meta	Realizado	Diferença
0	0	0

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No período, não foi traçada meta em função da inexistência de convênio ativo e da aludida dificuldade de celebrar novo convênio, bem como no encaminhamento para estágio, segundo o setor responsável.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O INES deverá empenhar-se na retomada de convênios bem sucedidos e no estabelecimento de novos convênios. Deverá ser considerada a possibilidade de realização de reuniões estratégicas com a Federação das Indústrias e com a Associação Comercial, por exemplo, que poderá contemplar inclusive a realização de um evento específico de sensibilização e difusão de informações voltadas a potenciais empregadores de pessoas surdas no Rio de Janeiro.

2.4.3.2.3 Treinamento em serviço - processo de seleção

a) Utilidade.

Demonstra o número de pessoas que participaram da seleção em relação à oportunidade existente. Sendo cotejado com o número de encaminhamentos, indicará a prontabilidade existente no banco de dados e o nível do esforço despendido para o atendimento, tendo em vista que, para cada vaga existente, são enviados pelo menos três candidatos para seleção final pela empresa.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o número de encaminhamentos e o número de selecionados.
- Percentual: apurado entre o encaminhamento e a seleção, aplicando-se a fórmula: **(encaminhamento x 100)**
seleção

d) Método de aferição.

- Seleção no ano: número total de pessoas chamadas para seleção.
- Encaminhamentos no ano: número total de pessoas encaminhadas.
- Aproveitamento: percentual apurado entre o encaminhamento e a seleção.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Processo de Seleção		
Seleção	Encaminhamento	Aproveitamento
0	0	0

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No período, não foi traçada meta em função da inexistência de convênio ativo e da aludida dificuldade de celebrar novo convênio, bem como no encaminhamento para estágio, segundo o setor responsável.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O INES deverá empenhar-se na retomada de convênios bem sucedidos e no estabelecimento de novos convênios. Deverá ser considerada a possibilidade de realização de reuniões estratégicas com a Federação das Indústrias e com a Associação Comercial, por exemplo, que poderá contemplar inclusive

a realização de um evento específico de sensibilização e difusão de informações voltadas a potenciais empregadores de pessoas surdas no Rio de Janeiro.

2.4.3.2.4 Encaminhamento a emprego - pessoas admitidas

a) Utilidade.

Indica o número de pessoas admitidas nas diversas vagas oferecidas.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: número de vagas oferecidas.

- Realizado no ano: número de pessoas admitidas.

- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Pessoas admitidas		
Meta	Realizado	Diferença
841	255	586
		30,32%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Entre as disfunções que, segundo a Unidade Responsável, impactaram este resultado, encontram-se as seguintes:

- Grande parte das empresas que procuram o INES visa criar um banco de pessoas com necessidades especiais, ou seja, informam uma quantidade elevada de vagas, mas na realidade acabam selecionando poucos candidatos e produzindo uma reserva de candidatos surdos para responder a possíveis cobranças da fiscalização quanto ao cumprimento da Lei de Cotas;
- ;

- A maior parte das empresas trabalha aos sábados e algumas aos domingos, usando o sistema de escala, o que tem levado muitos surdos a desistir da vaga.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A Unidade Responsável sugeriu uma parceria do INES com a Delegacia Regional do Trabalho com vistas a obter a indicação de quais empresas estão aquém do cumprimento de suas cotas, nos termos da Lei, para contatos e encaminhamentos. O investimento no Curso de Orientações para o Mercado de Trabalho, que trata de questões relacionadas ao mundo do trabalho, deve continuar com foco no esclarecimento aos surdos em relação às condições do mercado de trabalho e envolvendo suas famílias quanto a importância de todos nesse processo de inserção laboral.

2.4.3.2.5 Encaminhamento a emprego - processo de seleção

a) Utilidade.

Demonstra o número de pessoas que participaram da seleção em relação à oportunidade existente e o resultado da seleção (disponibilidade para encaminhamento). Sendo cotejados com o número de admissões, indicará a prontabilidade existente no banco de dados, as necessidades pré-existentes e o nível do esforço despendido para o atendimento.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o número de encaminhamentos e o número de selecionados.
- Percentual: apurado entre o encaminhamento e a seleção, aplicando-se a fórmula: **(encaminhamento x 100) / seleção**

d) Método de aferição.

- Seleção no ano: número total de pessoas chamadas para seleção.
- Encaminhamentos no ano: número total de pessoas encaminhadas.
- Aproveitamento: percentual apurado entre o encaminhamento e a seleção.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Processo de Seleção		
Seleção	Encaminhamento	Aproveitamento
755	300	255

		39,73%
--	--	--------

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Na perspectiva de contribuir para a ampliação e aplicação de conhecimento com vistas ao sucesso desta Ação, a Unidade Responsável fez um levantamento informal e concluiu que a diferença existente entre a convocação para seleção, o processo de seleção, o encaminhamento e o aproveitamento pela empresa do candidato à vaga se dá em relação a:

a) Da perspectiva do candidato surdo:

- Salário baixo;
- Carga horária elevada;
- Trabalho aos sábados, domingos e feriados, mediante escala;
- Ausência de benefícios estendidos à família;
- Tipo de trabalho oferecido.
- Oferta de vagas em funções simples e que exigem grande esforço físico

b) Da perspectiva da empresa:

- Domínio insatisfatório da Língua Portuguesa na modalidade oral;
- Domínio insatisfatório da Língua Portuguesa na modalidade escrita;
- Preferência por surdos que conseguem comunicar-se apenas com a fala;
- Falta de interesse da empresa em investir na LIBRAS;
- Falta de interesse da empresa em contratar tradutor/intérprete;
- ;
- Alta exigência de escolaridade;
- Exigência quanto ao local de moradia ser próximo ao trabalho;
- Exigência quanto à idade (preferência pelos mais jovens);
- Exigência quanto ao sexo (preferência por homens).

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O INES tem desenvolvido junto às empresas palestras de sensibilização e difusão de informações sobre a pessoa surda, com um trabalho próximo da área de Recursos Humanos dos estabelecimentos quanto às exigências colocadas. Houve avanços, mas culturalmente, independentemente da audição, a oferta de trabalho é maior para homens jovens. Parece-nos necessária uma sensibilização de maior alcance, que poderá ser viabilizada por meio de uma linha de ação abrangente – entendimentos com as lideranças dos segmentos: serviços, comércio e indústria – e uma linha de ação focalizada – colaboração com a Delegacia do Trabalho para identificar empresas com pendências de ajustamento à Lei de Cotas.

Quanto aos surdos, o Curso de Orientações para o Mercado de Trabalho trabalhou com eles a questão do trabalho aos sábados, domingos e feriados, mostrando que essas vagas não são exclusivas para surdos, mas a resistência ainda é muito grande.

O Curso de Português instrumental, que teve sucesso em sua realização, contribuiu para o atendimento de demandas dos empregadores e, ao mesmo tempo, para dar melhores condições de

empregabilidade ao surdo, mas ainda se faz necessário superar a barreira linguística relacionada à LIBRAS.

2.4.3.2.6 Encaminhamento a emprego - empresas ofertantes

a) Utilidade.

Número de empresas que disponibilizaram as vagas para estágio. Dever-se-á buscar o aumento permanente das Empresas. Demonstra também a evolução da oferta e do esforço na captação, em relação ao período anterior.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Realizado ano anterior (2010): número de empresas ofertantes no período.
- Realizado ano atual (2011): número de empresas ofertantes no período.
- Evolução: diferença absoluta e percentual entre o realizado atual e o realizado ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

f) Resultado do indicador no exercício.

Empresas ofertantes		
2010	2011	Evolução
73	63	-10

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Na realidade, houve um acréscimo de vinte e quatro novas empresas e de modo geral temos cento e setenta e um contatos e desses, sessenta e três empresas selecionaram os surdos encaminhados pela DIEPRO, sendo que três empresas embora tenham entrado em contato, desistiram da contratação.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O INES tem desenvolvido, junto às empresas, palestras de sensibilização e difusão de informações sobre a pessoa surda, e existe um trabalho próximo da área de Recursos Humanos das empresas quanto às exigências que costumam ser colocadas. Internamente, faz-se necessário reestruturar o Banco de Dados da Unidade Responsável. Externamente, existe a necessidade de uma abordagem estratégica da Ação, no sentido de mapear as possibilidades de colaboração com a Federação das Indústrias e a Associação Comercial, por exemplo, e de obter, junto à Delegacia Regional do Trabalho, a indicação das empresas que ainda precisam preencher postos de trabalho em observância à Lei de Cotas.

2.4.3.2.7 Gasto total

a) Utilidade.

Monitora a aplicação orçamentária. É a comparação do gasto real com o orçado.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: valor total orçado.

- Realizado no ano: gasto total real.

- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

2.4.3.2.8 Resultado do indicador no exercício.

Gasto total		
Meta	Realizado	Diferença
R\$ 208.000,00	R\$ 48.965,00	R\$ 159.035,00 76,46%

2.4.3.2.9 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

As maiores dificuldades, segundo a Unidade Responsável, estão relacionadas a três fatores:

- a) processo de aquisição de bens e materiais específicos e em quantidade pequena: as empresas não apresentam cotação para os mesmos, como, por exemplo, aviamentos, materiais para curso de cerâmica, dentre outros;
- b) contratação de serviços: a carência de recursos humanos no quadro permanente do INES e a recomendação da Controladoria Geral da União para o INES deixar de contratar pessoas físicas para suprir a demanda - levaram ao cancelamento de ações planejadas;
- c) problemas nas instalações físicas: existem falhas no sistema elétrico e hidráulico do edifício onde são realizados os Cursos, bem, como infiltrações, e isso às vezes compromete o desenvolvimento das atividades;
- d) inexistência de outros fatores de motivação: seria preciso criar mecanismos que, para além da responsabilidade social, levassem as empresas a acolher surdos como estagiários para treinamento em serviço;

2.4.3.2.10 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

À vista do que vem sendo exposto na análise crítica da presente Ação, podemos dizer que o Instituto vem realizando revisão do modelo vigente na perspectiva de superar a fragmentação e fragilização das ações e consolidar um novo modelo mais sintonizado com as práticas inclusivas de educação profissional, com as demandas do mercado de aliar habilitação profissional e escolaridade, e com as possibilidades de atender também à parcela menos escolarizada por meio da certificação de competências via parcerias com instituições abalizadas.

São indicativos dessa transição:

- o reforço e os bons resultados das parcerias com o Sistema S;
- as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do INES 2012-2016 de:
 - estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o PRONATEC;
 - Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2012, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);
 - elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais especializados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o PRONATEC, inclusive por meio de parcerias;

A sondagem de interesses e aptidões ainda se faz necessária, assim como a pesquisa do mercado de trabalho e visitas técnicas a outras instituições para conhecer experiências diferentes daquelas desenvolvidas no INES.

2.4.3.3 Ação: Capacitação de profissionais para a área da surdez

2.4.3.3.1 Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da surdez - número de matrículas

a) Utilidade.

Indica o número de alunos matriculados. Deve proporcionar a visão do real x previsto do ano em curso, além da comparação com o período anterior.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens ano anterior e atual: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual nos itens ano anterior e atual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.
- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre a meta atual e ano anterior.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos da meta atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano anterior: meta prevista em 2010.
- Realizado no ano anterior: o que foi realizado em 2010.
- Diferença ano anterior: diferença absoluta e percentual entre a meta e o realizado no período anterior (2009).
- Meta atual: meta relativa ao período atual (2011).
- Realizado atual: o que foi realizado em 2011.
- Diferença atual: diferença absoluta e percentual entre a meta e o realizado no período atual (2011).
- Evolução VS período anterior: demonstração da evolução da meta e do realizado, em relação ao período anterior.
- VS meta: diferença absoluta e percentual entre a meta atual e a meta do ano anterior.
- VS realizado: diferença absoluta e percentual entre o realizado atual e o realizado no ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

	Número de matrículas							
	Ano anterior			Atual			Evolução VS Período anterior	
	Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado
1º								

semestre	30	0	-30 0%	30	0	-30 0%	0	0
2º semestre								

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da Surdez na modalidade presencial, com carga horária de 400 horas, não foi realizado no ano de 2011, tendo em vista que foi priorizada a continuidade da Capacitação dos profissionais da equipe em Educação a Distância - EAD.

Esta medida permitiu a finalização dos documentos norteadores do curso na modalidade a distância, sendo estes: o Termo de Referência para contratação de empresa especializada em tecnologia aplicada ao ensino à distância (EAD) e o Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para o próximo exercício, ofereceremos o Curso para Educadores na Área da Surdez: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais na modalidade de Ensino a Distância, visando dar continuidade e se possível ampliar a Capacitação de professores e profissionais ligados à educação de surdos.

Acreditamos que com esta iniciativa, estaremos suprimindo a dificuldade dos interessados de se locomover de seus Estados de origem para o Rio de Janeiro, além do custo de sua permanência (moradia, transporte, alimentação) e evitando a suspensão de suas atividades laborais.

2.4.3.3.2 Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na área da surdez - situação profissional e origem dos alunos

a) Utilidade.

Monitora a situação profissional dos alunos no momento da conclusão do curso (já trabalha com surdos ou pretende trabalhar). Apresenta também a origem geográfica dos alunos, oferecendo subsídios concretos para orientação de ações futuras.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto e percentual (em relação ao total geral) nos itens já trabalham e pretendem trabalhar.
- Valor absoluto e percentual no item origem (relativamente a cada situação).
- Valor absoluto e percentual no item Total, extraído do somatório das duas situações, por região demográfica, e respectivos percentuais sobre o total geral.

d) Método de aferição.

- Já trabalham: número e percentual, sobre o total (da situação), de alunos concluintes que já trabalham com surdos.
- Pretendem trabalhar: número e percentual, sobre o total (da situação), de alunos matriculados que ainda não trabalham com surdos.
- Origem: número e percentual (relativamente a cada situação) por região geográfica.
- Total: somatório das duas situações, por região geográfica; percentuais sobre o total geral.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Não oferecemos o referido curso em 2011, para reformá-lo e viabilizá-lo na modalidade a distância, conforme descrito anteriormente. Desta forma, não alcançamos a meta pretendida.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não oferecemos o referido curso em 2011, em função de reformá-lo e viabilizá-lo na modalidade a distância, conforme descrito anteriormente. Desta forma, não alcançamos a meta pretendida.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para o próximo exercício (2012), ofereceremos o Curso na modalidade de ensino à distância – EAD – pretendendo, assim, capacitar um número maior de profissionais ligados à educação de surdos.

2.4.3.3.3 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - número de matrículas

a) Utilidade.

Demonstrar o número de matrículas efetuadas no Curso de LIBRAS comparativamente à meta estabelecida.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: número de vagas oferecidas pelo Curso, por nível.
- Realizado no ano: número de matrículas efetivamente realizadas.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Número de matrículas no nível 1			Número de matrículas no nível 2		
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença
192	205	13 6,77 %	160	140	-20 -12,5 %

Número de matrículas no nível 3			Número de matrículas no nível 4		
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença
96	92	-4 -2,12 %	112	102	-10 -8,92 %

Número de matrículas no nível 5		
Meta	Realizado	Diferença
64	55	-9 -14,06 %

Número de matrículas em Turmas especiais			
	Meta	Realizado	Diferença
Turmas para servidores do INES e familiares de alunos (30 horas)	180	87	-93 -51,66 %
Turmas para novos servidores do INES e PROPP/2011 (Nível 1 – 50 horas - intensivo)	40	15	-25 -62,5 %

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No primeiro semestre de 2011, o curso de LIBRAS foi suspenso para a comunidade em função das obras que ocorreram no prédio principal. Funcionou então, nesse período, um curso somente para os profissionais e familiares do INES. No segundo semestre, as aulas retornaram normalmente. Foi realizado também um curso intensivo para os servidores novos – uma vez que tais servidores, por força do respectivo Edital, ao ingressarem na Instituição, necessitam ser capacitados na Língua Brasileira de Sinais – e também para os alunos que estavam no PROPP.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Os serviços foram realizados por meio de contratos de terceirização, a fim de afastar prejuízos ao cumprimento das atribuições regimentais do INES.

Porém, uma medida que poderia ser adotada para sanear a disfunção estrutural detectada seria a ampliação do quadro docente para suprir essa carência.

2.4.3.3.4 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - atendimento semestral

a) Utilidade.

Refere-se ao número médio de alunos atendidos no semestre, em todos os níveis, comparativamente à meta estabelecida.

b)Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta: meta global definida para atendimento no semestre, em todos os níveis.

- Realizado: número efetivo de alunos atendidos no semestre, em todos os níveis.

- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Atendimento (semestral)			
	Meta	Realizado	Diferença
1º semestre	180	87	93 -51,66 %
2º semestre	664	609	-55 -8,28 %

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Suspensão das aulas em função das obras nas salas de aula do curso.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

No período de suspensão das aulas – primeiro semestre de 2011 – os servidores da Divisão de Formação e Capacitação de Recursos Humanos – DFCRH, que se dedicam à gestão do Curso de LIBRAS, atuaram em outras frentes de trabalho, tais como: adequação e Capacitação dos servidores para o Projeto de implementação do Ensino a Distância; confecção de material didático para o curso de LIBRAS; conversão do Curso de Capacitação Técnica em Programa de Prática Profissional.

Destacamos ainda a criação no primeiro semestre da turma de curso de LIBRAS voltada para servidores do INES e familiares dos alunos para suprir necessidades imediatas dentro do próprio instituto, e de turmas intensivas de LIBRAS para novos servidores e para os participantes do Programa de Prática Profissional - PROPP – 2011.

2.4.3.3.5 Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - nível de evasão

a) Utilidade.

Determinar o comportamento da evasão em cada nível, proporcionando identificar a localização do maior número de alunos evadidos.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens matrícula e concluintes.
- Valor absoluto e percentual no item Diferença: extraído da diferença entre os valores absolutos de matrículas e concluintes, por nível, aplicando-se a fórmula:
$$\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100.$$

d) Método de aferição.

- Matrículas realizadas: número de matriculados originalmente em cada nível.
- Alunos concluintes: número de alunos efetivos concluintes em cada nível.
- Evasão: diferença absoluta e percentual entre o número de matrículas realizadas e o número de alunos efetivos.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Evasão nível 1			Evasão nível 2		
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença
205	120	-85 -41,46 %	140	79	-61 -43,57 %
Evasão nível 3			Evasão nível 4		
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença
92	43	-61 -43,57 %	102	62	-61 -43,57 %
Evasão nível 5					
Meta	Realizado	Diferença			
55	15	-25 -27,27 %			

Evasão - Turmas especiais			
	Meta	Realizado	Diferença
Turmas para novos servidores do INES	87	31	-56 -64,36 %
Turmas para novos servidores do INES e PROPP/2011 (Nível 1 – 50 horas - intensivo)	15	5	-10 -66,66 %

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O principal motivo dos resultados obtidos nesse indicador é o fato de o Curso de LIBRAS regular do INES não ter sido realizado no primeiro semestre, em função de obras no edifício principal do INES, que incluíram as salas onde o Curso é oferecido. Todas as matrículas efetuadas para o primeiro semestre foram transferidas automaticamente para o segundo semestre, mas muitos alunos do Curso não puderam adequar seus horários a essa mudança. Conseqüentemente, houve grande número de desistências e trancamentos de matrículas, indicando por essa razão uma evasão superior à detectada no exercício anterior.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para o próximo exercício, aumentaremos o número de vagas do Curso de LIBRAS para atender aos alunos que não puderam realizar o curso de LIBRAS em função da mudança da matrícula do primeiro para o segundo semestre, bem como àqueles que não puderam realizar a inscrição no segundo semestre de 2012.

2.4.3.3.6 Congresso Internacional e Seminário Nacional - Participantes

a) Utilidade.

Além de apresentar o número de participantes no evento, este indicador deverá mostrar o efeito das providências para que seja aumentado o número de profissionais no mesmo. A fim de estimular essa progressão, o resultado será também comparado com o ano anterior.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre o ano atual e o ano anterior, para as categorias profissional e outros.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos do ano atual e ano anterior, nas categorias Profissional e Outros, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Profissionais ano anterior: número de profissionais participantes, no ano anterior e sua participação percentual no total
- Outros ano anterior: número de outros participantes, no ano anterior e sua participação percentual no total.
- Total ano anterior: somatório das duas parcelas anteriores.
- Profissionais atual: número de profissionais participantes, no ano atual e sua participação percentual no total.
- Outros atual: número de outros participantes, no ano atual e sua participação percentual no total.
- Total atual: somatório das duas parcelas anteriores.
- Profissionais evolução: diferença absoluta e percentual entre profissionais atual e profissionais ano anterior.
- Outros evolução: diferença absoluta e percentual entre outros atual e outros ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

PARTICIPANTES								
2010			2011			Evolução X período anterior		
Profissionais	Outros	Total	Profissionais	Outros	Total	Profissionais	Outros	Total
543	207	750	630	201	831	87	-6	81

Meta de 2011 – 700 participantes

- participantes efetivos – 831
- percentual sobre evolução x período anterior + 16, 55%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não ocorreram.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

No período, as principais medidas implementadas, inclusive em sintonia com o que foi avaliado no Relatório anterior foram: a formação de uma comissão científica que articulou os eventos do INES numa proposta de discussões atuais na Educação de Surdos; a continuidade da contratação de firma de eventos para cuidar de toda a organização do evento, ficando para o Instituto a supervisão dos serviços contratados, e a alteração da localização do evento, que aconteceu numa região mais acessível.

2.4.3.3.7 Assistências técnicas e seminários - Pessoas atendidas

a) Utilidade.

Indica o número de pessoas atendidas nas diversas ações específicas (assessorias técnicas, palestras, seminários, etc.) realizados, em comparação com o ano anterior.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens ano anterior e atual, para as categorias meta e realizado.
- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre a meta atual e ano anterior.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos da meta atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula:
$$\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100.$$

d) Método de aferição.

- Meta ano anterior: meta prevista em 2010.
- Realizado no ano anterior: o que foi realizado em 2010.
- Meta atual: meta relativa ao período atual.
- Realizado atual: o que foi realizado em 2011.
- Evolução VS período anterior: demonstração da evolução da meta e do realizado, em relação ao período anterior.
- VS meta: diferença absoluta e percentual entre a meta atual e a meta do ano anterior.
- VS realizado: diferença absoluta e percentual entre o realizado atual e o realizado no ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Pessoas atendidas					
Ano anterior		Atual		Evolução VS Ano anterior	
Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
3.750	3698	3.750	7.337	0	3.639 (+97%)

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O resultado (97% acima da meta) poderia ter sido mais expressivo se não tivéssemos passado por uma situação de greve, seguida de reposição de aulas. Em razão disso, os professores não puderam ser liberados, o que ocasionou o cancelamento de diversas Assessorias Técnicas e quase inviabilizou a realização do último Seminário. Ao mesmo tempo, ocorreram dificuldades em termos de liberação, por parte das Secretarias de Educação de Estados e Municípios, de seus profissionais para a Capacitação em nossos Seminários.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Segundo a Unidade Responsável, existe a necessidade premente de:

- Aumento do número de servidores lotados na Divisão de Cooperação Técnica;
- Criação de um grupo técnico especificamente voltado para o atendimento de Assessorias Técnicas e Seminários (01 por tema e 02 substitutos), na perspectiva de atender com qualidade ao elevado número de solicitações que chegam ao INES de todo o Brasil.

2.4.3.3.8 Capacitação técnica - Profissionais atendidos

a) Utilidade.

Demonstra a utilização dos recursos para a atividade, comparando as metas estabelecidas com o efetivo aproveitamento.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta: número de vagas oferecidas para todo o ano.
- Realizado: número real de atendimentos em todo o ano.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Profissionais Atendidos		
Meta	Realizado	Diferença
25	20	5

O número de vagas (meta) para Capacitação técnica é estabelecido em função da demanda e das disponibilidades dos setores do INES, comunicado ao DDHCT/DFCRH, no início de cada ano.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não foi alcançada a totalidade da meta (25) em função da eliminação de quatro candidatos que descumpriram as normas do Programa e da desistência não justificada de uma candidata.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Em consonância com as observações apresentadas no Relatório anterior, foi definido um novo formato de Capacitação: o “Programa de Prática Profissional”. O PROPP foi implementado a partir do 2º semestre de 2011, em substituição à capacitação técnica. A carga horária total do Programa é de 80 horas, distribuídas em 12 horas teóricas e 68 horas práticas de acordo com a área de formação profissional. A partir de 2012, pretendemos ofertar o PROPP em dois períodos anuais, no 1º e no 2º semestres.

2.4.3.3.9 Estágios – número de estagiários

a) Utilidade.

Demonstra a utilização dos recursos para a atividade, comparando as metas estabelecidas com o efetivo aproveitamento (número de estagiários).

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta: número de vagas oferecidas para todo o ano.
- Realizado: número real de atendimentos em todo o ano.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Profissionais Atendidos		
Meta	Realizado	Diferença
66	(INES: 43; UFSC: 10) Total: 53	13

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

A pouca procura por estágios no INES provavelmente deve ter ocorrido em função de não ser ofertada bolsa-auxílio aos estudantes. O número mais significativo de estagiários é decorrente dos alunos do ensino superior do INES.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Intensificamos as ações para celebração de convênios e novas parcerias. Estamos estudando a possibilidade de ampliação de vagas para aceitação de estagiários de outras instituições, que deverá ser formalizada junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em função do significativo número de estagiários do ensino superior do INES.

2.4.3.3.10 Fóruns permanentes de Educação, Linguagem e Surdez – Número de fóruns permanentes

a) Utilidade.

Demonstra o número de eventos realizados e participantes, comparativamente às metas definidas.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula:

$$\frac{(\text{realizado} \times 100)}{\text{meta}} - 100.$$

d) Método de aferição.

- Meta: número de vagas oferecidas para todo o ano.
- Realizado: número real de atendimentos em todo o ano.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Fóruns permanentes			
	Meta	Realizado	Diferença
Eventos	08	08	2
Participantes	780	738	-42

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

A ocorrência de uma greve de servidores prejudicou a participação de profissionais do DEBASI e do DESU.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Constituiu-se uma comissão científica que, no Fórum deste ano, propôs um debate acerca de Práticas para a Educação de Surdos.

2.4.3.3.11 Encontro de pais

a) Utilidade.

Demonstra o número de eventos realizados e participantes, comparativamente às metas definidas.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula:

$$\frac{(\text{realizado} \times 100)}{\text{meta}} - 100.$$

d) Método de aferição.

- Meta: número de vagas oferecidas para todo o ano.
- Realizado: número real de atendimentos em todo o ano.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Encontro de Pais			
	Meta	Realizado	Diferença
Eventos	01	01	-
Participantes	500	264	-236

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Fatores como o pouco tempo entre a divulgação do evento e a sua realização, bem como a gratuidade, talvez façam com que não haja um compromisso por parte dos participantes externos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Formou-se uma comissão científica que trabalhou junto com a associação de Pais do INES na programação do Evento. Conforme havia sido sinalizado no Relatório anterior, realizou-se a contratação de uma firma especializada para cuidar de toda a organização do evento, ficando para o Instituto a supervisão dos serviços contratados.

2.4.3.3.12 Gasto total

a) Utilidade.

Monitora a aplicação orçamentária. É a comparação do gasto real com o orçado.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: valor total orçado.
- Realizado no ano: gasto total real.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Planejamento e Administração.

f) Resultado do indicador no exercício.

Gasto total		
Meta	Realizado	Diferença
R\$ 2.021.710,00	R\$ 1.439.873,99	R\$ 581.836,01 28,78%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

As disfunções estruturais já indicadas são:

- a) a falta de uma Comissão Editorial completa, permanente e efetiva;
- b) a inexistência de um Comitê de Ética em Pesquisa;
- c) a dificuldade na atração de estudantes em formação para realização de estágios;
- d) a dificuldade de realizar a missão de apoiar os sistemas de ensino com o mesmo quadro docente que atua no CAP/INES, sem causar prejuízo a sua ação educativa;
- e) as dificuldades apresentadas na atual Política de Capacitação Técnica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

As medidas implementadas são:

- criação de uma Comissão Editorial completa, permanente e efetiva;
- estabelecimento de parcerias e convênios na perspectiva de possibilitar a oferta de bolsa-auxílio aos estagiários;
- reformulação da Política de Capacitação Técnica, na perspectiva de compatibilizar o formato de Capacitação à ao público-alvo.

As medidas a implementar são:

- criação de um Comitê de Ética em Pesquisa;
- ampliação do quadro docente efetivo via concurso público.

2.4.3.4 Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos

2.4.3.4.1 Número de matrículas do CAP/INES

a) Utilidade.

Indica o número de alunos matriculados no Colégio de Aplicação do INES, em relação à meta de matrículas da Instituição.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens ano anterior e atual: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual nos itens ano anterior e atual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre a meta atual e ano anterior.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos da meta atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano anterior: meta prevista em 2010.
- Realizado no ano anterior: o que foi realizado em 2010.
- Diferença ano anterior: diferença absoluta e percentual entre a meta e o realizado no período anterior (2010).
- Meta atual: meta relativa ao período atual (2011).
- Realizado atual: o que foi realizado em 2011.
- Diferença atual: diferença absoluta e percentual entre a meta e o realizado no período atual (2011).
- Evolução VS período anterior: demonstração da evolução da meta e do realizado, em relação ao período anterior.
- VS meta: diferença absoluta e percentual entre a meta atual e a meta do ano anterior.
- VS realizado: diferença absoluta e percentual entre o realizado atual e o realizado no ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

f) Resultado do indicador no exercício.

Número de matrículas							
Ano anterior			Atual			Evolução VS Período anterior	
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado
600 (CAP)	487	-113 -18,83%	600 (CAP)	447	-153 (-25,5%)	zero	-40 -9%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Em relação a este indicador, podemos observar que foi mantida a meta de 600 alunos, definida desde 2008. Isto se justifica pela atual política de educação inclusiva e pela tendência, observada há algum tempo, de algumas famílias buscarem atendimento educacional mais próximo de seus locais de moradia.

Em 2011, observamos um decréscimo no número de matrículas em relação ao ano de 2010, ficando o resultado 25,5% abaixo da meta prevista. Na comparação entre os últimos dois anos, não foram observadas alterações significativas no número de matrículas, nos diferentes segmentos, de uma maneira geral. A análise do número de alunos apenas revela oscilações esperadas. Parte da razão da oscilação verificada diz respeito ao fato de que, neste Relatório, optamos por não contabilizar alunos que realizam curso específico de preparação ao vestibular como um dado para este indicador, para evitar duplicidade na contagem, visto que alguns possuem matrícula ativa no 3º ano do ensino médio e outros não.

A diferença entre o número alcançado de matrículas e a meta estipulada parece ter relação com as dificuldades enfrentadas por nossos alunos e suas famílias no que tange à distância entre os locais de moradia e o Instituto, as dificuldades de acesso, as dificuldades de locomoção e as questões de segurança. Devemos, ainda, considerar o aumento da oferta de vagas em escolas regulares da rede pública e a atuação de intérpretes de LIBRAS em algumas escolas como fatores que facilitam o acesso e a permanência dos alunos na rede regular.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Usando como parâmetro o cadastro de candidatos a vagas para o ano letivo de 2011, temos os seguintes números em relação a 2012:

Quadro VIII – Cadastro de candidatos a vagas na Educação Básica do INES para 2011 e 2012

Segmento de ensino	2011	2012
	Nº. de Candidatos	Nº. de Candidatos
Educação Infantil	10	07
Ensino Fundamental	80	79
Ensino Médio	17	13

Série não definida	-	-
TOTAL	107	99

O número de candidatos a vagas cadastrados em 2012 manteve-se estável em relação ao ano anterior. As avaliações de ingresso já foram realizadas, sendo atendidos 99 candidatos cujas matrículas foram efetivadas desde janeiro.

2.4.3.4.2 Matrículas trancadas no CAP/INES

a) Utilidade.

Indica o número de matrículas trancadas, levando-se sempre em conta que as matrículas trancadas representam diminuição nas matrículas efetivas.

b) Tipo.

Efetividade.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta: número estimado de matrículas trancadas para o período.
- Atual real: número de matrículas efetivamente trancadas.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o atual real e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

f) Resultado do indicador no exercício.

Matrículas trancadas		
Meta	Atual real	Diferença
Zero	08	08

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Consideramos que o desejável é que a totalidade dos alunos matriculados no início do ano letivo chegue, com sucesso, ao final do mesmo e assim definimos esta meta como ZERO. Tivemos 08

matrículas trancadas no período, por motivos de saúde e por motivos particulares, não declarados à secretaria escolar, mas avaliados pela equipe do Serviço Social e/ou Serviço Médico.

Consideramos que o percentual de trancamento de 1,61% do número total de matrículas é compatível com o crescimento evidente das dificuldades sociais e financeiras vivenciadas por nossos alunos, como a distância dos locais de moradia, dificuldade de acesso a serviços de saúde e meios de transporte, para citar as mais comuns.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para melhorar este indicador é necessário melhorar a qualidade de vida de nossos alunos, em termos sociais e financeiros e esta é uma meta que está necessariamente ligada às políticas públicas em todos os níveis de governo.

2.4.3.4.3 Nível de evasão no CAP/INES

a) Utilidade.

Determinar o número de alunos evadidos, comparativamente ao ano anterior. Irá indicar o aproveitamento e a evasão.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens ano anterior e atual.
- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre o ano atual e o ano anterior.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos do ano atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Ano anterior: número de evadidos em 2010.
- Ano atual: número de evadidos em 2011.
- Evolução VS período anterior: diferença absoluta e percentual entre o número de evadidos atual e o número de evadidos no ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

f) Resultado do indicador no exercício.

Nível de Evasão

Ano Anterior	Ano atual	Evolução VS Período anterior
52	42	-10 -19,23%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O indicador acima inclui casos de transferência para outras escolas, mais próximas dos locais de moradia, a pedido das famílias. Outros desligamentos foram efetivados devido a: número excessivo de faltas, não renovação da matrícula para o ano letivo em curso e a pedido do aluno/família, por motivos particulares.

Em geral, observamos que a evasão aumenta na mesma proporção que as dificuldades socioeconômicas das famílias. Em 2011, o índice de evasão diminuiu em relação ao ano anterior.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para melhorar este indicador é necessário melhorar a qualidade de vida de nossos alunos, em termos sociais e financeiros e esta é uma meta que está necessariamente ligada às políticas públicas em todos os níveis de governo.

2.4.3.4.4 Encaminhamento a outras escolas (CAP/INES)

a) Utilidade.

Indica o número de alunos que foram encaminhados a outras escolas do sistema regular, pelos diversos motivos, inclusive por exclusiva falta de vagas. A comparação é feita contra o mesmo período do ano anterior e seu resultado pode auxiliar a compreensão também sobre a evolução da demanda.

b) Tipo.

Efetividade.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens ano anterior e atual.
- Valor absoluto no item Evolução VS Período anterior: diferença entre o ano atual e o ano anterior.
- Percentual no item Evolução VS Período anterior: extraído da diferença entre os valores absolutos do ano atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Ano anterior: número de alunos encaminhados em 2010.
- Ano atual: número de alunos encaminhados em 2011.
- Evolução VS período anterior: diferença absoluta e percentual entre o número de alunos encaminhados atual e o número de alunos encaminhados no ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

f) Resultado do indicador no exercício.

Encaminhamento a outras escolas		
Ano Anterior	Ano atual	Evolução VS Período anterior
19	18	-1 -5,26%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Em relação ao indicador acima é necessário esclarecer que os alunos foram transferidos para outras escolas a pedido de suas famílias.

Em 2011, o número de encaminhamentos manteve-se estável. As transferências realizadas ao longo de 2011 tiveram variadas motivações, sendo as mais comuns aquelas relacionadas às dificuldades de acesso e/ou locomoção.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Em 2011, foi implantado sistema de transporte de alunos com necessidades especiais de locomoção.

Para melhorar este indicador parece ser indicado ampliar os esforços de facilitação o acesso/locomoção do alunado.

2.4.3.4.5 Nível de reprovação (CAP/INES)

a) Utilidade.

Demonstrar o nível de reprovação, por série. Embora, pelas características, não possa existir meta pré-estabelecida, deverá servir como referência e comparação com o período anterior, demonstrando a evolução.

b) Tipo.

Efetividade.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens matrícula ano anterior e atual.
- Valor absoluto e percentual nos itens reprovação ano anterior e atual.
- Valor absoluto nos itens Evolução matrículas e reprovações: diferença entre o ano atual e o ano anterior.
- Percentual nos itens Evolução matrículas e reprovações: extraído da diferença entre os valores absolutos do ano atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Matrículas ano anterior: matrículas existentes no final do ano anterior, 2010.
- Reprovações ano anterior: número de reprovações ocorridas no ano anterior e sua participação percentual no número de matrículas.
- Matrículas ano atual: matrículas existentes no final do período atual, 2011.
- Reprovações atual: reprovações ocorridas no período atual e sua participação percentual no número de matrículas.
- Evolução matrículas: diferença absoluta e percentual entre matrículas atual e matrículas ano anterior.
- Evolução reprovações: diferença absoluta e percentual entre reprovações atual e reprovações ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

g) Resultado do indicador no exercício.

Nível de reprovação					
Ano anterior		Atual		Evolução	
Matrículas	Reprovações	Matrículas	Reprovações	Matrículas	Reprovações
487	55 11,29%	496	86 17,34%	9 1,84%	31 56,36%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Observamos que o quantitativo de reprovações em 2011 representou 17,34% do número total de alunos. Sabendo que no ano anterior essa proporção foi de 11,29%, verifica-se que não houve um aumento significativo no número de reprovações. Analisando-se mais detalhadamente esses dados, observa-se um número maior de reprovações nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Esse dado pode ser compreendido pelo fato de os alunos chegarem ao Ensino Fundamental sem dominar uma língua, o que prejudica o início do processo de escolarização. Excluem-se desse grupo os alunos que ingressam no Ensino Fundamental após cursar a Educação Infantil no CAP/INES.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Será necessário, mais uma vez, analisar o trabalho realizado nos segmentos em 2011, visando identificar as causas do insucesso para corrigi-las, bem como criar estratégias para melhorar o aproveitamento dos alunos e, assim, atingir melhores índices de aprovação.

Investir na Capacitação dos docentes e na ampliação do quadro docente inclusive para atuação em funções específicas que ainda não têm profissões regulamentadas – Assistente Educacional em LIBRAS e Instrutor de LIBRAS – são medidas necessárias.

2.4.3.4.6 Atendimento CAAF (Centro de Atendimento Alternativo Florescer, destinado aos alunos com outras necessidades especiais, além da surdez).

a) Utilidade.

Demonstrar o número e a evolução do atendimento realizado pelo CAAF, também em relação à capacidade de atendimento.

b) Tipo.

Efetividade.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto nos itens meta ano anterior e atual.
- Valor absoluto nos itens atendimento ano anterior e atual.
- Valor absoluto nos itens Evolução meta e atendimento: diferença entre o ano atual e o ano anterior.
- Percentual nos itens Evolução meta e atendimento: extraído da diferença entre os valores absolutos do ano atual e ano anterior, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano anterior: representa a Capacidade máxima de atendimento do ano anterior, 2010.
- Atendimento ano anterior: número de alunos atendidos no ano anterior.
- Meta ano atual: representa a Capacidade máxima de atendimento do período atual, 2011.
- Atendimento atual: número de alunos atendidos no período atual.
- Evolução metas: diferença absoluta e percentual entre metas atual e metas ano anterior.
- Evolução atendimento: diferença absoluta e percentual entre atendimentos atual e atendimentos ano anterior.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Educação Básica.

f) Resultado do indicador no exercício.

Atendimento CAAF					
Ano anterior		Atual		Evolução	
Meta	Atendimento	Meta	Atendimento	Meta	Atendimento
30	15	30	5	zero	-25

					-84%
--	--	--	--	--	------

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Com o ingresso de servidores após a realização do concurso público, este setor recebeu duas professoras especialistas, substituindo as anteriormente contratadas sem solução de continuidade no atendimento.

A frequência dos alunos aos atendimentos teve queda devido às dificuldades operacionais, sociais e financeiras enfrentadas pelas famílias. São alunos portadores de outras necessidades especiais além da surdez, e esta condição de deficiência múltipla algumas vezes envolve uma intensa mobilização familiar na rotina do deslocamento de casa à escola. Há que se registrar que esses alunos têm saúde frágil dificultando sua assiduidade e o andamento do trabalho pedagógico.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Para melhorar este indicador, em 2011 o INES implementou o transporte para esses alunos, e deverá ampliá-lo em 2012.

Faz-se necessário também intensificar o diálogo com outras instituições que atendem pessoas surdocegas ou com surdez associada a outras deficiências (Instituto Benjamin Constant, no Rio, ADefAv e Grupo Brasil/Ahimsa, em São Paulo) com vistas a estabelecer parcerias, avaliar os trabalhos, promover intercâmbios e/ou Capacitações e aperfeiçoar as ações.

Importante, igualmente, foi a deliberação constante dos documentos Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico de institucionalizar o atendimento a esse segmento de alunos, fazendo-o constar como atribuição regimental e dotando-o de estrutura, recurso e condições de trabalho adequadas no período 2012-2016.

2.4.3.4.7 Gasto total

a) Utilidade.

Monitora a aplicação orçamentária. É a comparação do gasto real com o orçado.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.

- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: valor total orçado.
- Realizado no ano: gasto total real.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Planejamento e Administração.

f) Resultado do indicador no exercício.

Gasto total		
Meta	Realizado	Diferença
R\$ 45.495.691,00	R\$ 27.406.308,86	R\$ 18.089.382,14 39,76%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não se faz necessária a implantação de medidas.

2.4.3.4.8 Alunos matriculados no Curso de Pedagogia

a) Utilidade.

Indica o número de alunos matriculados. Deve proporcionar a visão do real x previsto, em termos de número de matrículas e a respectiva meta.

b) Tipo.

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta semestre: número de vagas oferecidas pelo curso.
- Realizado no semestre: número de alunos matriculados.

- Resultado no semestre: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Ensino Superior.

f) Resultado do indicador no exercício.

Alunos matriculados – 1º semestre			Alunos matriculados – 2º semestre		
Meta	Realizado	Diferença	Meta	Realizado	Diferença
360	320	20 -5,6%	320	262	38 -12,7%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No período de 2006 a 2011, o Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertou trezentas e sessenta vagas e realizou trezentas e vinte matrículas. Dessas, mantiveram-se duzentas e sessenta e duas, sendo cento e oitenta e duas ativas, cinquenta e três trancadas e vinte e sete alunos concluintes. Nas turmas vigentes do Curso, portanto, 82% dos alunos inicialmente matriculados mantiveram-se matriculados, e houve a evasão ou desligamento de cinquenta e oito alunos, ou seja, 18%.

A carência de recursos humanos principalmente docentes, mas também administrativos é a principal disfunção estrutural enfrentada na oferta de Cursos de Graduação. Além disso, o projeto arquitetônico do prédio não previa salas para estudo individual, para pesquisa e outras atividades imprescindíveis para o Ensino Superior, o que vem sendo gradativamente implementado.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Prover o quadro de pessoal do INES, no exercício de 2012, com pelo menos vinte (vagas de Professor de Magistério Superior, e autorizar a realização de concurso público para o respectivo provimento, são as medidas a implementar, a cargo do Ministério da Educação, a fim de sanear as dificuldades enfrentadas com a carência de recursos humanos.

A criação de vagas de Tradutor e Intérprete de LIBRAS – profissão regulamentada com a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010 – no quadro de pessoal do INES e a autorização para o respectivo provimento, por meio de concurso público, são medidas saneadoras, a cargo do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que as atividades do curso não venham a ser comprometidas.

2.4.3.5 Ação: Produção e Disseminação de Conhecimento na Área da Surdez

2.4.3.5.1 Produção de revistas, periódicos e mídias

a) Utilidade.

Monitora a produção dos materiais, em relação às respectivas metas. Contempla todos os materiais (Revistas, periódicos, CD, DVD, etc.).

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta: meta de produção de cada material para todo o ano.
- Realizado: número produzido de cada material para todo o ano.
- Diferença: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.**Revistas e periódicos:**

Material produzido			
	Meta	Realizado	Diferença
Revista Espaço nº 34	5.000	Em elaboração de projeto gráfico para impressão	-
			-
Revista Espaço 35	5000	Em produção gráfica	
Revista Espaço 36	5000	Em elaboração de projeto gráfico para impressão	
Revista Arqueiro nº 23	4.000	Em produção gráfica	-
Revista Arqueiro nº 24	4.000	Em elaboração de projeto gráfico	-
Revista Fórum 23	4.000	Em produção gráfica	-
Revista Fórum 24	4000	Em elaboração de projeto gráfico	
ANAIS/2011	4.000	Em produção gráfica	-
Cartilha Direito do Surdo Revisada	3000	Em produção gráfica	
Cartilha Sinalizando a sexualidade	3000	Em elaboração de projeto gráfico	
2 Volumes da Série Histórica	6000	Terminado	

Mídias:

Material produzido			
	Meta	Realizado	Diferença
DVD – Musica Brasileira e Língua de Sinais: História, Política, Cultura	3.000	3000	-

Distribuição:

Material distribuído	Distribuído
CD-ROM – Série Educação de Surdos Vol. 01 a 10	4.808 enviado para Escolas, Empresas e outras Instituições em todo o Brasil
DVD – Série Educação de Surdos Vol. 01 a 10	5.367 enviado para Escolas, Empresas e outras Instituições em todo o Brasil
DVD: Musica Brasileira e Língua de Sinais: História, Política, Cultura	2500 distribuídos nos eventos do INES e enviado para solicitações externas
Demais materiais enviados de atendimento a solicitações externas	Publicações 7.624

Produção:

Material em Desenvolvimento			
	Meta	Realizado	Diferença
DVD João em Maria	3.000 DVDs Duplos	Em fase produção	-
DVD: Livro em LIBRAS (Linguagem e Cognição)	3.000	Em fase de produção	-
DVD sobre implante coclear	3000	Em processo licitatório	

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Como dificuldades situacionais que impactaram na realização desta atividade, podemos mencionar que em 2011 teve início uma nova gestão e, portanto, com a adequação da nova equipe aos trabalhos do Departamento, os trabalhos no ano de 2011 foram de finalização das atividades iniciadas no ano anterior. Soma-se a esse fato a necessidade de várias revisões e correções dos materiais até o

momento da impressão. Não obstante, manteve-se o atendimento a demandas externas por meio do encaminhamento de mais de 20.000 itens entre CDs, DVDs e publicações para todo o Brasil.

Para o ano de 2012 serão produzidos materiais que foram licitados no ano de 2011. A relação consta na tabela acima.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A medida saneadora imediata em relação às disfunções existentes, conforme havia sido indicado no relatório anterior, foi a nomeação de uma Comissão Editorial pela Direção-Geral do Instituto, que, de maneira articulada com a Direção do DDHCT, tem colaborado para a solução das pendências existentes na linha editorial em relação ao exercício de 2011, bem como para a captação de artigos e editoração das diferentes publicações em 2012, segundo cronograma definido. Essa Comissão deverá promover o incentivo à produção e fornecimento de artigos pelos profissionais do INES, bem como por autores externos.

Em relação à produção de mídias, deverá ser estabelecida prioridade na contratação de serviços que interferem diretamente no cumprimento de metas regimentais do DDHCT.

2.4.3.5.2 Desenvolvimento de pesquisas

a) Utilidade.

É um indicador abrangente, que monitora o funcionamento da atividade, oferecendo subsídios para o estabelecimento de providências mais adequadas aos objetivos do INES.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto para todos os itens.
- Percentual para os itens Internas, Externas, Total Graduação e Total Pós-Graduação em relação ao Total geral.

d) Método de aferição.

- Internas: número de pesquisas em andamento, por pesquisadores internos, e percentual em relação ao total geral.
- Externas: número de pesquisas em andamento, por pesquisadores externos, e percentual em relação ao total geral.
- Total geral: somatório dos números relativos às pesquisas internas mais as externas.
- Nível acadêmico: referente aos pesquisadores.
- Total: por nível acadêmico, com os percentuais referindo-se ao total geral.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.

f) Resultado do indicador no exercício.

Pesquisas					
Internas		Externas		Total geral	
5		16		21	
Nível acadêmico		Nível acadêmico		Total	
Graduação	Pós-graduação	Graduação	Pós-graduação	Graduação	Pós-graduação
1	4	1	15	2	19

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

A greve dos professores do DEBASI interferiu no desenvolvimento de algumas pesquisas, principalmente as que tinham selecionado alunos do SEF2 e SEME como alvo de investigação. Sem eles, a realização de entrevistas e filmagens ficou prejudicada.

Também não foi possível em 2011 a criação do Comitê de Ética em Pesquisa como estava planejado. Foi discutida a reformulação das Normas de Pesquisa junto com os profissionais da DESU.

A orientação de pesquisas internas neste ano não aconteceu devido à falta de consultoria, apesar do acordo feito em 2010, de que professores doutores do DESU seriam disponibilizados para esse trabalho. A justificativa foi a necessidade de trabalho no Departamento de Ensino Superior envolvendo o pequeno número de professores efetivos.

Não houve utilização de recursos com o desenvolvimento das pesquisas.

Duas pesquisas foram canceladas. Uma em 2010 e outra em 2011.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

De uma forma geral não houve dificuldade e/ou restrições para a realização das pesquisas, exceto o intervalo do primeiro semestre. Faz-se necessária a criação do Comitê de Ética em Pesquisa, bem como a conclusão dos trabalhos de reformulação das normas existentes. E também a ampliação de professores mestres e doutores do quadro efetivo do Ensino Superior através de concurso público.

2.4.3.5.3 Gasto total

a) Utilidade.

Monitora a aplicação orçamentária. É a comparação do gasto real com o orçado.

b) Tipo.

Eficiência.

c) Fórmula de cálculo.

- Valor absoluto: diferença entre o realizado e a meta.
- Percentual: extraído da diferença entre os valores absolutos realizados e da meta, aplicando-se a fórmula: $\frac{\text{realizado} \times 100}{\text{meta}} - 100$.

d) Método de aferição.

- Meta ano: valor total orçado.
- Realizado no ano: gasto total real.
- Resultado no ano: diferença absoluta e percentual entre o realizado e a meta.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Planejamento e Administração.

f) Resultado do indicador no exercício.

Gasto total		
Meta	Realizado	Diferença
R\$ 770.000,00	R\$ 665.398,32	R\$ 104.601,68

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não se faz necessária a implantação de medidas.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no período. Sendo assim, não há informações a serem prestadas por meio do quadro abaixo.

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
					-
Razões e Justificativas:					

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

3.2. Análise Crítica

Não se aplica.

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.557.338,90	186.429,01	6.346.209,89	24.700,00
2009	90.859,81	19.248,42	71.611,39	-
2008	30.200,00	1.681,11	28.518,89	-
Observações: Decreto nº 7.418, de 31/12/2010 - Prorroga RP - 2077, 2008 e 2009 até 30/04/2011 e Decreto nº 7.654, de 23/12/2011, que dispõe sobre a validação dos restos a pagar não processados.				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2 Análise crítica

No tocante ao saldo do valor inscrito no exercício de 2010, refere-se à elaboração, revisão e composição gráfica da revista espaço – publicação com periodicidade semestral do INES. Assim, a inscrição na condição de resto a pagar ocorreu por necessidade de aprimoramento no processo de análise e aprovação do material gráfico.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1 Força de trabalho da UJ

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	291	291	4	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	291	291	4	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	290	290	4	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	44	26	26	6
3. Total de Servidores (1+2)	335	317	30	18

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	5
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	4
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-

	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	10

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	19	18	8	8
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	9	9	8	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	8	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	52	37	13	16
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	52	37	13	16

2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	71	55	21	24

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	47	54	58	91	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	37	43	54	91	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários	10	11	4	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	2	5	12	24	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	1	5	-
2.3. Funções gratificadas	1	3	11	19	3
3. Totais (1+2)	49	59	70	115	23

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	6	37	49	122	56	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	6	37	40	114	48	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	9	8	8	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	9	2	20	7	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	-	4	2	2
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	8	2	16	5	3
3. Totais (1+2)	-	-	-	6	46	51	142	63	10
LEGENDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de Escolaridade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	364	4
1.1 Voluntária	338	4
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	25	-
1.4 Outras	1	-
2. Proporcional	43	1
2.1 Voluntária	38	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	2	1
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	407	5

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	173	6
1.1. Integral	116	-
1.2. Proporcional	57	6
2. Em Atividade	6	1
3. Total (1+2)	179	7

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	NA
1.2 Área	-	-	-	-	NA
Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área	-	-	-	-	NA
Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área	-	-	-	-	NA
Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	-	-	-	-	NA

Fonte: Não houve estágio remunerado pelo INES no exercício de 2011, segundo informações da Coordenação de Recursos Humanos, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro de custos de recursos humanos

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-	
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-	
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	9.464.528,12	NA	1.453.075,55						10.917.603,67	
	2010	8.910.849,99	NA	6.238.523,80	640.664,00	NA	246.160,66	NA	NA	16.036.198,45	
	2009	6.987.328,47	NA	2.390.055,48	553.164,26	NA	NA	NA	NA	9.930.548,21	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	561.681,27	-	45.098,80	NA	NA	NA	68.185,68	NA	NA	674.965,75
	2010	475.796,79	NA	47.070,25	NA	NA	NA	47.070,25	NA	NA	569.937,29
	2009	754.310,85	NA	72.498,72	NA	NA	NA	NA	NA	NA	826.809,57
Servidores Cedidos com ônus											

ou em Licença											
Exercícios	2011	29.622,52	NA	2.630,05	2.357,76	NA	3.492,00	1.230,91	NA	NA	341.272,62
	2010	271.091,73	NA	25.322,20	5.525,45	NA	NA	NA	NA	NA	1.128.748,95
	2009	754.310,85	NA	NA	72.498,72	NA	NA	NA	NA	NA	826.809,57

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	106.354,78	NA	23.874,12	3.924,68	NA	NA	NA	NA	NA	134.153,58
	2010	101.553,84	NA	21.504,86	2.824,26	NA	NA	NA	NA	NA	125.882,96
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-

Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	132.423,54	181.538,79	159.721,95	118.695,28	NA	128.752,16	NA	NA	NA	721.131,72
	2010	129.751,44	165.661,68	156.900,45	114.495,19	NA	125.965,56	NA	NA	NA	692.774,32
	2009	54.759,84	115.419,24	121.565,92	91.270,80	NA	109.165,56	NA	NA	NA	492.181,36

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira, Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente Educacional de LIBRAS	23	23	23	0	0
Intérprete de LIBRAS	25	25	25	0	0
Instrutor de LIBRAS	16	16	16	0	0
Nutricionista	1	1	1	0	0
Coordenador de Suporte	1	0	0	0	0
Analista de Suporte	5	2	2	0	0
Programador	2	2	2	0	0
Analista de Tecnologia	1	1	1	0	0
Analista de Sistemas	1	1	1	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Observa-se no quadro acima que, ainda, é considerável o número de terceirizados. No entanto, ao considerarmos que as contratações atendem importantes áreas da Instituição, quando não temos na estrutura de carreira servidores que possam exercer tais atividades, faz-se necessária a contratação, considerando, sobretudo que o resultado do trabalho passa a ser uma relevante preocupação.</p>					

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Não houve substituição de empregados terceirizados seja por meio de concurso público ou de provimento adicional autorizado, e por essa razão não é preenchido o quadro A.5.10.

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Não houve, em 2011, autorização para concurso público ou provimento adicional destinado a substituir terceirizados, razão pela qual não há informações a declinar no Quadro A.5.11.

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores	Quantidade autorizada de servidores
--	---	-------------------------------------

	Número	Data	

Fonte:

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS													
UG/Gestão: 152005/00001							CNPJ: 00.394.445/0273-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2011	17/02/2012	27	27					A
2009	V	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	30/04/2012	32	32					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS													
UG/Gestão: 152005/00001						CNPJ: 00.394.445/0273-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	14	O	Nº 22/2008	04.075.315/0001-59	26/06/2008	25/05/2012	18	18					P
2009	3	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	30/04/2012	32	32					P
2009	14	O	Nº 34/2009	04.075.315/0001-59	05/08/2009	04/08/2012			25	25			P
2009	14	O	Nº 37/2009	04.075.315/0001-59	01/10/2009	30/09/2012			25	25			P
2010	14	O	Nº 25/2010	04.075.315/0001-59	02/07/2010	02/07/2012			16	16			P
2010	4	O	Nº 26/2010	04.057.771/0001-76	02/07/2010	02/07/2012	4	4					P
2011	1	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2011	17/02/2012	27	27					A
2011	14	O	Nº 14/2011	06.098.311/0001-11	01/03/2011	01/03/2012	2	2			1	1	A
2011	7	O	Nº 15/2011	04.075.315/0001-59	01/03/2011	01/03/2012			7	7			A
2011	1	O	Nº 22/2011	07.710.046/0001-43	31/05/2011	31/05/2012	7	7					A
2011	5	O	Nº 31/2011	58.069.360/0001-20	26/07/2011	26/07/2012			6	6			A
2011	5	E	Nº 47/2011	58.069.360/0001-20	01/11/2011	01/03/2012			2	2	2	2	A
Observações:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
1. Conservação e Limpeza;			8. Reprografia;										
2. Segurança;			9. Telecomunicações;										
3. Vigilância;			10. Manutenção de bens móveis										
4. Transportes;			11. Manutenção de bens imóveis										
5. Informática;			12. Brigadistas										
6. Copeiragem;			13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes										
7. Recepção;			14. Outras										

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro II.C.4 – Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário)

Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados ao final do exercício					
Ano	Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Concursados (A)	Terceirizados (B)	B/(A+B) (C)
2008	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	MEC	--	60	1
2009	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	MEC	25	65	0,666
2010	Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES	MEC	--	66	1
2011	Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES	MEC	--	66	1

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

Quadro II.C.5 – Providências adotadas para substituição do servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário)

Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Providências adotadas para substituição por servidores concursados
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	MEC	Em 2009, realizamos concurso público, edital n.º. 05, para substituição de 21 Assistentes de Alunos, 02 Bibliotecários e 02 Técnicos de Enfermagem, conforme artigo 3º da Portaria Ministerial de n.º. 37, de 27/02/2009. Os demais profissionais terceirizados (Instrutor de LIBRAS, Assistente Educacional em LIBRAS e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais) permaneceram em atividade, a fim de afastar prejuízo ao cumprimento das competências do INES. A medida a ser adotada é ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo em Educação do INES, a fim de suprir essa necessidade. Esses ajustes dependem de ações do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme solicitações encaminhadas ao MEC, desde 2002. Em 2009, após reunião com representantes do INES, da SRH/MPOG, da SEESP/MEC e do Ministério Público Federal, alusiva ao PA n.º 1.00.000.002097/2005-52, ficou definida a ampliação do respectivo quadro de vagas, como forma de solucionar o problema da terceirização de serviços de Instrutores de Libras e Tradutores e Intérpretes de Libras. Quanto ao cargo de Assistente Educacional em Libras, a discussão ainda não foi encerrada, embora a tendência aponte para a ampliação do quadro docente para solução do problema. Temos promovido gestões junto ao Ministério da Educação, para avançar na questão. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 2.134/2011, que contempla as demandas do INES por criação de cargos e autorização de concurso.

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

5.6. Indicadores Gerenciais / Análise Crítica sobre Recursos Humanos

A UJ não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos, mas pretende realizar capacitação de servidores e promover a criação de um grupo de trabalho com a tarefa de pesquisar e criar esses referenciais.

Compor a lotação ideal para o adequado desenvolvimento das atividades é um dos principais desafios organizacionais que enfrentamos, nos últimos anos: apesar do provimento de cargos, por meio de concurso público, ainda persistem carências fundamentais no quadro permanente do Instituto, dentre as quais, aquelas necessárias para viabilizar a disseminação da LIBRAS.

Sendo assim, a terceirização, abrangendo as categorias de Instrutores de Libras, Tradutor e Intérprete de Libras e Assistente Educacional em Libras, foi a medida adotada pelo Órgão, a fim de afastar prejuízos ao cumprimento de suas atribuições regimentais.

A ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo em Educação é a providência desejável para suprir essa necessidade. Esses ajustes dependem de ações do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme solicitações encaminhadas ao MEC, desde 2002.

Os docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuam na Capacitação de profissionais na área da surdez, na produção de materiais didático-pedagógicos e nas atividades do CAP/INES. Considerando o elevado número de aposentadorias previstas para os próximos exercícios, necessitamos, com urgência, ampliar o quadro de professores, a fim de assegurar o cumprimento das competências atribuídas ao Instituto.

Quanto à carreira de Magistério Superior, o Curso de Pedagogia oferecido pelo INES ainda necessita do provimento de, pelo menos, mais vinte vagas para suprir suas necessidades. Hoje, para prestar adequadamente o serviço, contamos com a contratação de professores temporários.

Outro ponto a ser enfrentado é o desenvolvimento e a implantação de um efetivo programa de gerenciamento de recursos humanos, desde a concepção e a aplicação de indicadores gerenciais até o plano de Capacitação do quadro de servidores do Órgão. A elaboração do plano de Capacitação do INES foi concluída em 2010, dependendo de alguns ajustes para efetiva implantação.

Entendemos que esse conjunto de ações viabilizará o aprimoramento das competências individuais dos servidores e, conseqüentemente, favorecerá o desenvolvimento das competências institucionais do INES.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.134/2011, que contempla as demandas do INES por criação de cargos e autorização de concurso.

Registramos a imensa dificuldade que temos em envolver os servidores para o exercício de Funções Gratificadas.

Devido às imensas responsabilidades e nenhum atrativo financeiro para o desempenho dessas funções temos muitos cargos de chefia vagos, prejudicando o andamento de nossas inúmeras responsabilidades.

Para 2012, apresentaremos um estudo de nossas urgentes necessidades de ajustes nas funções gratificadas e nos cargos de direção ao Ministério da Educação.

6. TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS

5.1 Transferências efetuadas no exercício

Não ocorreram no período. Sendo assim, não há informações a serem prestadas por meio do quadro abaixo.

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Não ocorreram repasses de valores relacionados a convênios no período. Sendo assim, não há informações a serem prestadas por meio do quadro abaixo.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						

Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Não há previsão de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes. Sendo assim, não há informações a serem prestadas por meio do quadro abaixo.

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:				UG/GESTÃO:	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	---	---	---	---	---
Contrato de Repasse	---	---	---	---	---
Termo de Cooperação	---	---	---	---	---
Termo de Compromisso	---	---	---	---	---
Totais	---	---	---	---	---

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Não houve transferências nas modalidades de convênio ou de contrato de repasse no exercício. Sendo assim, não há informações a serem prestadas por meio do quadro abaixo.

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:				UG/GESTÃO:	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante			

		Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Não há informações a prestar acerca de prestação de contas de convênios e de contratos de repasse com respeito aos exercícios indicados no quadro abaixo.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas					
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas			
			Contas Não analisadas			
		Montante repassado (R\$)				
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
Contas NÃO analisadas		Quantidade				
	Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas					

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante repassado				
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração, INES.

6.2 Análise Crítica

Nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 não ocorreram transferências de recursos. A transferência ocorrida em exercício anterior a 2009, mais precisamente no exercício de 2008, foi no valor de R\$ 2.912,60 (dois mil, novecentos e doze reais e sessenta centavos) e referiu-se à etapa final de execução de convênio, com total regularidade de aplicação dos recursos e consonância com a legislação vigente, observada a prestação de contas efetivada à época.

7. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS INSERIDOS NO SIASG E NO SICONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, ALVANEI DOS SANTOS VIANA , CPF nº 037.550.507-57, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração, exercido no Instituto Nacional de Educação de Surdos, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Rio de Janeiro, 29 de março de 2012. ALVANEI DOS SANTOS VIANA CPF nº 037.550.507-57 Diretor do Departamento de Planejamento e Administração/Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

8. ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	4	290	
	Entregaram a DBR	4	196	
	Não cumpriram a obrigação	0	0	
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	46	
	Entregaram a DBR	0	46	
	Não cumpriram a obrigação	0	0	

Fonte: A Coordenação de Administração de Recursos Humanos (Departamento de Planejamento e Administração, INES) declarou que os integrantes do Rol de Responsáveis estão em dia com a entrega das declarações de bens e rendas, nos termos da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

9. CONTROLE INTERNO DA UNIDADE

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Considerações gerais: Como se percebe, algumas barreiras, ainda, precisam ser ultrapassadas para o alcance da efetividade nas ações de controle interno. O sucesso na implantação de planos que tendem a modificar rotinas e comportamento depende, inquestionavelmente, da forma como são conduzidos. Assim, para que tenhamos um efetivo o modelo de controle interno integrado em nossa Instituição, há que se tomar medidas corretivas ou complementares, a fim de adequar e integrar toda a estrutura administrativa ao sistema. É o que se pretende alcançar, ainda que cientes dos desafios a serem superados.					
LEGENDA					

Níveis de Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		x			

8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações gerais: Algumas iniciativas foram implementadas em relação a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, como por exemplo a aquisição de materiais biodegradáveis. No entanto, deva ser registrado que os indicadores relativos à temática analisada precisam ser aprimorados. As respostas acima foram fornecidas pelo Departamento de Planejamento e Administração.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIDADE

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Não se aplica.

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Não se aplica.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
152005	6001003905	21	3	114.477.540,62	14/01/2005	120.429.991,00	49.773,92	71.780,40	
Total								49.773,92	71.780,40

Fonte: O valor indicado no campo despesa refere-se ao exercício de 2011 (reforma no prédio principal e anexos)

Análise Crítica:

Considerando as informações acima, infere-se que a gestão de bens imóveis deverá ser submetida a uma nova avaliação, considerando, sobretudo, a contabilização das benfeitorias realizadas ao longo dos exercícios anteriores. Para esse fim, já desenvolvemos um Sistema de Gerenciamento Patrimonial que está em fase de validação. Em relação às 08 unidades de imóveis utilizados como moradias funcionais, faz-se necessário elucidar o seguinte:

I - 02 (dois) imóveis estão lançados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;

II - 03 (três) ainda não estão lançados no SPIUnet e são ocupados por servidores do INES;

III - 03 (três) não estão lançados no SPIUnet e estão ocupados por pessoas que não tem vínculo com a Instituição e são dependentes de servidores aposentados e/ou já falecidos.

Cumpre-nos esclarecer que esses imóveis encontram-se em processo de retomada pela União, em conformidade com a consulta formalizada no sistema da CPROD, em 16/04/2009. Vale a pena esclarecer que o Serviço de Patrimônio do INES está promovendo ações, com vistas à reestruturação, levantamento de bens e regularização dos bens. Assim, foi encaminhado para GRPU/RJ o Ofício nº 605, datado de 08/09/2011, reiterado pelo Ofício nº 68, datado de 15/02/2012, a fim de que se concluam todos os trâmites necessários. O SEPAT – Serviço de Patrimônio do INES concluiu um cadastro de moradores e um memorial descritivo dos imóveis.

12. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				

Perfil dos Recursos Humanos envolvidos				
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X			
Segurança da Informação				
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas				
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	62,5%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X		
<p>Considerações gerais: Os indicadores acima lançados mostram que, no que tange a Gestão da Tecnologia da Informação, há necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho. Parte das dificuldades, deve-se ao fato de não conseguirmos a elaboração de Plano Diretor da Tecnologia da Informação - PDTI. Isto porque a Instituição ainda conta com um número significativo de terceirizados para esta área estratégica. Mesmo, vale apenas registrar que as últimas licitações, tem-se buscado o aperfeiçoamento dos instrumentos de contratação, no que diz respeito a análise de risco e controle de níveis de serviços.</p>				
LEGENDA				
Níveis de avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.				

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1: 152005		Limite de Utilização da UG: R\$ 100.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
SOLANGE BRAGA DE MORAES	601.521.687-53	20.000,00	-	9.028,98	9.028,98
					-
Total utilizado pela UG			-	9.028,98	9.028,98
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	9.028,98	9.028,98

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	-	35	9.028,98	9.028,98
2010	0	-	50	7.738,29	7.738,29
2009	0	-	58	9.210,52	9.210,52

Fonte: Siafi Gerencial e Banco do Brasil

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não ocorreram no período.

15. ATENDIMENTO A DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve, no exercício de 2011, deliberações do TCU a serem cumpridas pela UG. Em razão de tal fato, não foi preenchido o Quadro A.15.1.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	012.055/2007-9	1344-09/2009-2	1.5.1.1	DE	Ofício nº. 701/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação:					
Faça constar nas próximas contas informações à providências que estão sendo adotadas, visando ao registro de imóveis passíveis de regularização pertencentes ao conjunto arquitetônico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, manifestando-se a respeito do preenchimento dos requisitos legais pelos ocupantes dos imóveis e da falta de pronunciamento da GRPU/RJ, frente aos ofícios de nº. 605, de 08/09/2011 e nº. 068, de 15/02/2012, no que tange as orientações para regularização das pendências registradas.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					28
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O registro dos imóveis passíveis de regularização ainda depende de ações da Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - GRPU/RJ.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Conforme já mencionado, estamos promovendo ações junto ao órgão acima citado para concluirmos a referida regularização.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	012.055/2007-9	1344-09/2009-2	1.5.1.2	DE	Ofício nº. 701/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252

Descrição da Deliberação:					
Providencie senha do SPIUNET para servidor que possua perfil de executor no SIAFI para sejam cadastrados os 06 imóveis funcionais, ainda não incluídos no SPIUNET.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					28
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A senha já foi providenciada e estamos promovendo as gestões junto à GRPU/RJ, por meio dos ofícios citados anteriormente. Restam, ainda, algumas demandas relativas a medições, bem como avaliações dos imóveis em voga.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Estamos promovendo as ações necessárias para a finalização da pendência evidenciada.					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	012.055/2007-9	1344-09/2009-2	1.5.1.3	DE	Ofício nº. 701/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação:					
Solicite à Gerência Regional de Patrimônio da União - GRPU a transferência do imóvel funcional cadastrado erroneamente naquela UG para o INES.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					28
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Estamos aguardando o pronunciamento da GRPU/RJ, face aos ofícios de nº. 605, de 08/09/2011 e nº. 068, de 15/02/2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com vistas a sanarmos as dificuldades relatadas, será providenciado o agendamento uma reunião, em caráter emergencial, resgatando-se as deliberações contidas nos ofícios encaminhados.					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 01	201108900	Constatação 12	Nota Técnica nº 2.793, de 21/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de contratar profissionais abrangidos pelos planos de cargos do INES por meio de dispensa de licitação ou por qualquer outra forma que não as autorizadas pela legislação pertinente.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Síntese da providência adotada:			
No exercício de 2011, não efetuamos a contratação de profissionais por meio de dispensa de licitação. Recebemos autorização para contratação de 14 professores temporários para atuar no Ensino Superior e, observada a necessidade, foi autorizada a contratação de até 20% do total de vagas para atuar na Educação Básica, tudo nos termos da Lei nº 8.745/93. Estamos ajustando um acordo de cooperação técnica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro para a alocação de 15 professores da carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica no INES, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No mês de abril de 2011, encaminhamos as demandas do INES por concurso público à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, no início de junho de 2011, encaminhamos Nota Técnica ao Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, ratificando essas demandas. Temos notícias de que o Projeto de Lei nº 2.134/2011, contemplando essas necessidades, já foi encaminhado ao Congresso Nacional e há a expectativa de autorização para realização de concurso público no primeiro semestre de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Conforme análise do OCI, “em consulta ao SIAFI, com base na extração dos empenhos emitidos pela Unidade até agosto/2011, verificamos que após a emissão da recomendação pela CGU/RJ não foram empenhadas despesas para contratação de pessoas físicas para atividades finalísticas do INES”.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em 14 de março de 2012, o INES participou de reunião no Ministério da Educação com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas no âmbito do MEC, e foi tratado objetivamente do Projeto de Lei 2.134 de 2011, do Executivo, destinado a criar cargos e funções comissionadas que possivelmente atenderão as demandas da Instituição.			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 02	201108900	Constatação 12	Nota Técnica nº 2.793, de 21/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252

Descrição da Recomendação:			
Fazer um levantamento consubstanciado das necessidades de pessoal do INES e encaminhar o pleito ao Ministério da Educação para substituir os contratados no caso em tela, e outros na mesma situação, caso existam.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Síntese da providência adotada:			
No exercício de 2011, não efetuamos a contratação de profissionais por meio de dispensa de licitação. Recebemos autorização para contratação de 14 professores temporários para atuar no Ensino Superior e, observada a necessidade, foi autorizada a contratação de até 20% do total de vagas para atuar na Educação Básica, tudo nos termos da Lei nº 8.745/93. Estamos ajustando um acordo de cooperação técnica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro para a alocação de 15 professores da carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica no INES, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No mês de abril de 2011, encaminhamos as demandas do INES por concurso público à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, no início de junho de 2011, encaminhamos Nota Técnica ao Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, ratificando essas demandas. Temos notícias de que o Projeto de Lei nº 2.134/2011, contemplando essas necessidades, já foi encaminhado ao Congresso Nacional e há a expectativa de autorização para realização de concurso público no primeiro semestre de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Conforme análise do OCI, “As demandas foram encaminhadas. A realização do concurso será acompanhada por meio da recomendação 001 relativa à constatação 013”.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em 14 de março de 2012, o INES participou de reunião no Ministério da Educação com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas no âmbito do MEC, e foi tratado objetivamente do Projeto de Lei 2.134 de 2011, do Executivo, destinado a criar cargos e funções comissionadas que possivelmente atenderão as demandas da Instituição.			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 01	201108900	Constatação 18	Nota Técnica nº 2.793, de 21/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Descrição da Recomendação:			
Sem prejuízo dos interesses da administração, somente autorizar a participação dos seus servidores em cursos de capacitação oferecidos em outros Estados quando ficar demonstrado de forma inequívoca que os mesmos não possam ser realizados na própria cidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252
Síntese da providência adotada:	
A recomendação da CGU vem sendo fielmente observada pela Unidade Jurisdicionada. Retomamos a discussão sobre a proposta de Plano Anual de Capacitação, por meio do Conselho Diretor. A proposta será debatida na comissão para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e será reapresentada ao Conselho Diretor do INES para aprovação. Durante este período, estamos organizando ações de capacitação cujas demandas revelam-se mais urgentes para o aprimoramento das competências institucionais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Conforme análise do OCI, “em consulta ao SIAFI, identificamos um caso onde dois servidores foram autorizados a participar do curso "Semana Orçamentária e Financeira", na cidade de Recife, organizado pela ESAF, apesar de o mesmo curso ter previsão de realização na cidade do Rio de Janeiro quatro meses após. Entretanto, consideramos atendida a recomendação pelo fato da participação no curso ter sido autorizada pelo gestor duas semanas antes da reunião conjunta de busca de soluções, ou seja, antes da emissão da recomendação, e ainda, pelo fato de somente termos identificado este único caso até a data desta análise (data-base: Agosto/2011), o que indica que a UJ vem implementando a recomendação”.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Ao longo de todo o ano de 2011, 90% dos eventos de capacitação de que participaram servidores do Departamento de Planejamento e Administração do INES foram realizados em instituições públicas e boa parte deles em Escolas de Governo, sempre que possível no Rio de Janeiro.	

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 01	201108900	Constatação 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Descrição da Recomendação:			

Recomendação 1: Aprimorar os indicadores de gestão apresentados com intuito de que estes instrumentos se tornem ferramentas gerenciais efetivas para o INES.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252

Justificativa para o seu não cumprimento:

Dois são os fatores:

1 – Um planejamento estratégico construído e aprovado para a instituição, com clara definição de sua Missão, bem como de seus Objetivos e Metas para determinado período, constitui a base para o redimensionamento dos indicadores recomendado pelo OCI para a boa gestão das ações do Instituto. Nessa perspectiva, foi construído coletivamente, ao longo de 2011, o Plano de Desenvolvimento Institucional INES 2012-2016. Ao final do mencionado exercício, o texto final foi aprovado pelo Conselho Diretor da Instituição e, ainda no primeiro semestre de 2012, deverá ser apreciado pelo novo Ministro de Estado da Educação. Uma vez aprovado, com publicação no Diário Oficial da União, passará a nortear o mencionado redimensionamento de indicadores.

2 – A disponibilidade orçamentária para 2012, com o novo PPA, passou a indicar que o INES não mais trabalhará com várias ações finalísticas, mas sim com apenas uma Ação Finalística – Funcionamento do Instituto – que corresponderá a um único produto: alunos matriculados. A consulta ao SIMEC, nos termos de mensagem encaminhada pelo Senhor Coordenador de Programação e Monitoramento da CGP/SPO/MEC, em 14 de março de 2012, está bloqueada, no aguardo de diretrizes metodológicas da parte do Órgão Central do Sistema, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerando o novo PPA.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Temos mudanças anunciadas tanto pelo PDI quanto pelas novas diretrizes orçamentárias, mas que dependem de providências externas ao INES, respectivamente a aprovação do PDI pelo Senhor Ministro da Educação e a liberação do SIMEC para que a UJ comece a atuar na gestão de sua(s) ação(ões) no novo PPA.

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 01	201108900	Constataçã ão 07	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252

Descrição da Recomendação:			
Adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro no sentido de regularizar o cadastro no SPIUNET dos imóveis pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES referentes as 6 casas não cadastradas n.º 02, 06, 08, 10, 12 e 16.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Expedimos Ofício à GRPU/RJ, em 08/9/2011, e n.º 068, de 15/02/2012. com a solicitação de agendamento de audiência. Estamos mantendo contato telefônico com a aludida Unidade a fim de agilizar as ações para a regularização recomendada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A gestão de bens imóveis deverá ser submetida a uma nova avaliação, considerando, sobretudo, a contabilização das benfeitorias realizadas ao longo dos exercícios anteriores. Para esse fim, já desenvolvemos um Sistema de Gerenciamento Patrimonial que está em fase de validação. Em relação às 08 unidades de imóveis utilizados como moradias funcionais, faz-se necessário elucidar o seguinte: I - 02 (dois) imóveis estão lançados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; II - 03 (três) ainda não estão lançados no SPIUnet e são ocupados por servidores do INES; III - 03 (três) não estão lançados no SPIUnet e estão ocupados por pessoas que não tem vínculo com a Instituição e são dependentes de servidores aposentados e/ou já falecidos. Em 01 (um) desses casos, foi expedido o Ofício n.º 560, de 01/09/2011, solicitando desocupação de imóvel, em razão do falecimento do servidor que o ocupava. Cumpre-nos esclarecer que esses imóveis encontram-se em processo de retomada pela União, em conformidade com a consulta formalizada no sistema da CPROD, em 16/04/2009. Vale a pena esclarecer que o Serviço de Patrimônio do INES está promovendo ações, com vistas à reestruturação, levantamento de bens e regularização dos bens. Assim, foi encaminhado para GRPU/RJ o Ofício n.º 605, datado de 08/09/2011, reiterado pelo Ofício n.º 68, datado de 15/02/2012, a fim de que se concluam todos os trâmites necessários. Além disso, o SEPAT - Serviço de Patrimônio do INES realizou o cadastro de moradores e elaborou um memorial descritivo dos imóveis.			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 2	201108900	Constataçã ão 7	Nota Técnica n.º 200, de 23/01/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Descrição da Recomendação:			
Envidar esforços junto à Gerência Regional de Patrimônio da União - GRPU/RJ com intuito de transferir os dois imóveis			

(casas 04 e 14) cadastrados erroneamente naquela UJ para a do INES.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

**Código
SIOR
G**

252

Justificativa para o seu não cumprimento:

Expedimos Ofício à GRPU/RJ, em 08/9/2011, e nº. 068, de 15/02/2012. com a solicitação de agendamento de audiência. Estamos mantendo contato telefônico com a aludida Unidade a fim de agilizar as ações para a regularização recomendada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A gestão de bens imóveis deverá ser submetida a uma nova avaliação, considerando, sobretudo, a contabilização das benfeitorias realizadas ao longo dos exercícios anteriores. Para esse fim, já desenvolvemos um Sistema de Gerenciamento Patrimonial que está em fase de validação. Em relação às 08 unidades de imóveis utilizados como moradias funcionais, faz-se necessário elucidar o seguinte:

I - 02 (dois) imóveis estão lançados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;

II - 03 (três) ainda não estão lançados no SPIUnet e são ocupados por servidores do INES;

III - 03 (três) não estão lançados no SPIUnet e estão ocupados por pessoas que não tem vínculo com a Instituição e são dependentes de servidores aposentados e/ou já falecidos. Em 01 (um) desses casos, foi expedido o Ofício nº 560, de 01/09/2011, solicitando desocupação de imóvel, em razão do falecimento do servidor que o ocupava.

Cumpre-nos esclarecer que esses imóveis encontram-se em processo de retomada pela União, em conformidade com a consulta formalizada no sistema da CPROD, em 16/04/2009. Vale a pena esclarecer que o Serviço de Patrimônio do INES está promovendo ações, com vistas à reestruturação, levantamento de bens e regularização dos bens. Assim, foi encaminhado para GRPU/RJ o Ofício nº 605, datado de 08/09/2011, reiterado pelo Ofício nº 68, datado de 15/02/2012, a fim de que se conclua todos os trâmites necessários. Além disso, o SEPAT - Serviço de Patrimônio do INES realizou o cadastro de moradores e elaborou um memorial descritivo dos imóveis.

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 3	201108900	Constataçã ão 7	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

**Código
SIOR
G**

252

Descrição da Recomendação:

Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN n.º 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados

como de utilização funcional.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252

Justificativa para o seu não cumprimento:

Expedimos Ofício à GRPU/RJ, em 08/9/2011, e nº. 068, de 15/02/2012. com a solicitação de agendamento de audiência. Estamos mantendo contato telefônico com a aludida Unidade a fim de agilizar as ações para a regularização recomendada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A gestão de bens imóveis deverá ser submetida a uma nova avaliação, considerando, sobretudo, a contabilização das benfeitorias realizadas ao longo dos exercícios anteriores. Para esse fim, já desenvolvemos um Sistema de Gerenciamento Patrimonial que está em fase de validação. Em relação às 08 unidades de imóveis utilizados como moradias funcionais, faz-se necessário elucidar o seguinte:

I - 02 (dois) imóveis estão lançados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;

II - 03 (três) ainda não estão lançados no SPIUnet e são ocupados por servidores do INES;

III - 03 (três) não estão lançados no SPIUnet e estão ocupados por pessoas que não tem vínculo com a Instituição e são dependentes de servidores aposentados e/ou já falecidos. Em 01 (um) desses casos, foi expedido o Ofício nº 560, de 01/09/2011, solicitando desocupação de imóvel, em razão do falecimento do servidor que o ocupava.

Cumpre-nos esclarecer que esses imóveis encontram-se em processo de retomada pela União, em conformidade com a consulta formalizada no sistema da CPROD, em 16/04/2009. Vale a pena esclarecer que o Serviço de Patrimônio do INES está promovendo ações, com vistas à reestruturação, levantamento de bens e regularização dos bens. Assim, foi encaminhado para GRPU/RJ o Ofício nº 605, datado de 08/09/2011, reiterado pelo Ofício nº 68, datado de 15/02/2012, a fim de que se conclua todos os trâmites necessários. Além disso, o SEPAT - Serviço de Patrimônio do INES realizou o cadastro de moradores e elaborou um memorial descritivo dos imóveis.

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 4	201108900	Constatação 7	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	252

Descrição da Recomendação:

Elaborar rotinas administrativas no sentido de estabelecer mecanismos de controle relacionados à gestão de patrimônio do INES.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos trabalhando no mapeamento dos bens móveis e imóveis existentes com vistas à elaboração dessas rotinas administrativas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 5	201108900	Constatação 7	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Descrição da Recomendação:			
Designar comissão de inventário para elaboração do inventário dos bens móveis e imóveis do INES, em cumprimento a legislação pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIOR G
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES			252
Justificativa para o seu não cumprimento:			

A Portaria n 16, de 6 de janeiro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 01 – Especial, de 9 de janeiro de 2012 designou “comissão responsável pelo acompanhamento do levantamento de bens móveis e equipamentos, inservíveis que se encontram no espaço físico da marcenaria do INES”.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Recomendação 6	201108900	Constatação 7	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Código SIOR G

252

Descrição da Recomendação:

Providenciar a avaliação do imóvel do INES referente ao RIP 6001.02666.500-0, cuja data de validade expirou em 14/01/2007.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Código SIOR G

252

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado para a GRPU/RJ o Ofício nº 605, datado de 08/09/2011, reiterado pelo Ofício nº 68, datado de 15/02/2012, a fim de que seja feita tal avaliação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA

16.6. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Este item não se aplica à natureza da UJ. Em razão de tal fato, não foi preenchido o Quadro A.16.1.

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da	

recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

16.7. Recomendações da unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

17. DECLARAÇÃO DO(A) CONTADOR(A)

17.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Nacional de Educação de Surdos		152005	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	30/3/2012
Contador Responsável	Núcia Ferreira da Silva	CRC nº	DF 010702/O-6

18. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

19. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

QUADRO C.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES DO FUNDO PARTIDÁRIO AOS PARTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2010

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

20. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não ocorreram no período.

21. DESEMPENHO DA UJ NA CONDIÇÃO DE INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

21.1 Indicadores de gestão

Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de professores equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	320	262	220	164	116
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de residência médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,12	3,15	3,55	3,56	3,8
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)					

NA – Não se Aplica.

Análise crítica: Nos termos da Portaria TCU 123, de 2011, e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos NA nos casos que correspondem a esse entendimento.

22. OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

24. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Não ocorreram no período.

25. DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

QUADRO C.30.1 - EVOLUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2010

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2011, vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica:

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Convênio nº 001/2011 Processo: 23121.000044/2011-20	Instituto Nossa Senhora de Lourdes -INOSEL-	Oferta de estágio no Instituto Nossa Senhora de Lourdes aos alunos matriculados nos seguintes cursos oferecidos pelo INES: . Curso Bilingüe de Pedagogia . Curso de Capacitação para Professores da Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	04/10/2011	04/10/2013
Convênio nº002/2011 Processo: 23121.000683/2011-95	Universidade Veiga de Almeida -UVA-	Oferta de estágio no INES aos alunos matriculados na Universidade Veiga de Almeida	15/09/2011	15/09/2013

Convênio n° 003/2011 Processo: 23121.000684/2011-30 Convênio n°. 01/05	Faculdade CCAA	Oferta de estágio no INES aos alunos matriculados na Faculdade CCAA.	12/09/2011	12/09/2013
	Universidade Federal Fluminense	Oferta de estágio a estudantes da UFF, matriculados nos cursos de graduação.	26/4/2006	26/4/2011
Convênio n°004/2011	Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ-	Colaboração mútua, em áreas técnico-científicas e intercâmbio cultural entre o INES e as unidades de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ.	18/11/2011	18/11/2012
Convênio 20/2010	Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro	Oferta de estágio nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos matriculados nos seguintes cursos oferecidos pelo INES: . Curso Bilíngue de Pedagogia . Curso de Capacitação para Professores da Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	24/03/2010	24/03/2012
Convênio n° 03/2008	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro –FAETEC e Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro – ISERJ	Cooperação recíproca entre as partes visando à realização de estudos para a elaboração e implementação de um curso de pós-graduação em Letramento Bilíngüe.	14/07/2010	17/07/2013
Termo de Cooperação Técnica	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto	Desenvolver técnicas para oferecer alternativas de acessibilidade aos espectadores de veículos de distribuição de conteúdos audiovisuais digitais, através da Língua Portuguesa oral, escrita ou pela Língua Brasileira de Sinais – Libras.	13/04/2011	13/04/2012
Acordo de Cooperação Técnica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Estabelecer e regular a ação coordenada do IFRJ e do INES, com vistas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino a serem realizados no INES, obedecendo às Cláusulas de Obrigação entre as partes.	21/12/2011	21/12/2012

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral do INES